



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ  
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA  
CAMPUS BINACIONAL/MARCO ZERO**

**ALDO CÉZAR CRAVEIRO CARDOSO  
LEANDRO DE FREITAS PANTOJA  
LOYANNE CRISTINI MONTEIRO PIRES**

**Os impactos da Cabanagem na costa setentrional do Grão-Pará  
(1822-1840)**

**OIAPOQUE /AP**

**2019**

ALDO CÉZAR CRAVEIRO CARDOSO  
LEANDRO DE FREITAS PANTOJA  
LOYANNE CRISTINI MONTEIRO PIRES

**Os impactos da Cabanagem na costa setentrional do Grão-Pará  
(1822-1840)**

Trabalho apresentado por Aldo César Craveiro Cardoso,  
Leandro de Freitas Pantoja e Loyanne  
Cristini Monteiro Pires ao Colegiado do Curso de  
Licenciatura em História, como requisito parcial para a  
obtenção do grau de Licenciado História pela  
Universidade Federal do Amapá.

Prof. Orientador: Me. Luiz Gustavo da Silva Costa

**OIAPOQUE /AP**

**2019**

ALDO CÉZAR CRAVEIRO CARDOSO,  
LEANDRO DE FREITAS PANTOJA  
LOYANNE CRISTINI MONTEIRO PIRES

**Os impactos da Cabanagem na Costa Setentrional do Grão-Pará  
(1822-1840)**

Trabalho de Conclusão de Curso, aprovado como requisito parcial para obtenção do grau Licenciando em História no Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Amapá.

Habilitação: Licenciatura em História

**Data de aprovação**

**23/04/2019**

**Banca Examinadora:**

**Dr. Elke Daniela Rocha Nunes**

**Dr. Paulo Marcelo Cambraia da Costa**

**Prof. Orientador Me. Luiz Gustavo da Silva Costa**

**Universidade Federal do Amapá**

**Campus Binacional do Oiapoque - AP**

**Prof.**

**Avaliadora**

**Universidade Federal do Amapá**

---

**Prof.**

**Avaliador**

**Universidade Federal do Amapá**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos primeiramente à Deus que permitiu com que tudo isso se realizasse ao longo de nossas vidas, que em todos os momentos é o maior mestre que alguém pode conhecer.

Durante o tempo de elaboração desse trabalho, recebemos apoio de amigos e companheiros de curso, apesar de todas as dificuldades, aproveitamos este curto, mas importante espaço, para agradecermos a todos que, de alguma forma contribuíram em nossa pesquisa.

Ao nosso orientador Prof. Me. Luís Gustavo da Silva Costa, pelo suporte no pouco que lhe coube, pelos estímulos, contribuições e correções precisas e necessárias ao melhoramento das ideias e do trabalho em si.

Agradecemos a instituição Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), na forma do seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram acesso ao ensino superior público e de qualidade, eivado pela acendrada confiança no mérito e ética aqui presente.

Agradecemos aos nossos familiares, Aurelina Cardoso, Ana Zilda Cardoso, Wanderly Rodrigues, Ana Cleide Cardoso, José Ribamar Barcelar Almeida, Lindomar Rodrigues, Alba Lucia Rodrigues, Nelson Rodrigues, Wallace Rodrigues, Francisco Macdonal Figueira Pires, Marli Monteiro Pires, Dhemeson Flexa Freitas, Geovanna Monteiro Pires, Dayanne Cristina Monteiro, João Victor Monteiro Pires, Helloise Monteiro Rocha, Natanny Monteiro Pires dos Santos, Jonny Matheus Costa Pires, Ana Valentina da Silva Santos que nas ocasiões de nossa ausência dedicado ao estudo superior, sempre fizeram entender que o futuro é feito a partir da constante dedicação no presente!

Nossos agradecimentos aos amigos, Joancio Marques, Terezinha de Jesus, Roberto Veiga, Francisco Ilton, companheiros de trabalho e irmãos na amizade que fizeram parte de nossa formação e que vão continuar presentes em nossas vidas.

Enfim, a todos obrigado por tudo.

## **RESUMO**

O presente trabalho tem como fito o estudo dos impactos causados pelo movimento cabano na costa setentrional do Grão-Pará. Tentamos observar como foi possível esses acontecimentos, para compreendermos os conceitos que levaram a esses conflitos. A partir das leituras da historiografia, de textos antropológicos e materiais empíricos, cruzamos os dados na busca de construirmos uma narrativa histórica inteligível sobre os acontecimentos da cabanagem e sua repercussão na região de fronteira também. Assim vimos que as políticas de controle que o governo central estabelecia na região, algumas famílias migraram para região da fronteira franco-brasileira, se estabelecendo de forma permanente naquele território. A chegada dessas pessoas que eram indígenas e não indígenas, formou uma nova sociedade na região do Uaçá, ocorrendo uma aculturação dos contatos que essas pessoas tiveram com algumas etnias que já se estabeleciam naquele território, desses contatos acabou surgindo uma etnia que se denomina Karipuna, que tem como significado, “índios misturados”, contudo, a cabanagem teve grande importância para formação dessa população, da fronteira franco-brasileira.

**Palavras-chave: Cabanagem, Impactos Sociais, Migração Fronteira.**

## RÉSUMÉ

Le présent travail vise à étudier les impacts causés par le mouvement des huttes sur la côte nord de Grão-Pará. Nous essayons de voir comment ces événements étaient possibles, de comprendre les concepts qui ont conduit à ces conflits. À partir de lectures d'historiographie, de textes anthropologiques et de matériaux empiriques, nous croisons les données afin de construire un récit historique intelligible sur les événements du cabanagem et leur répercussion dans la région frontalière. Nous avons ainsi constaté que, conformément aux politiques de contrôle instaurées par le gouvernement central dans la région, certaines familles ont migré vers la région frontalière franco-brésilienne, s'établissant de façon permanente sur ce territoire. L'arrivée de ces personnes, autochtones et non autochtones, a créé une nouvelle société dans la région de Uaçá, provoquant une acculturation des contacts que ces personnes ont eu avec certains groupes ethniques déjà établis sur ce territoire, a fini par faire apparaître un groupe ethnique appelé Karipuna, ce qui signifie "Indiens mélangés", cependant, le cabanagem avait une grande importance pour la formation de cette population, de la frontière franco-brésilienne.

**Mots clés: Cabanagem, Impacts Sociaux, Migration de Frontière.**

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>08</b>
<b>1. CAPÍTULO</b>	
A POLÍTICA E A ORDEM DO IMPÉRIO BRASILEIRO NO PERÍODO DA PRÉ-CABANAGEM.....	
12	12
1.1 Movimento popular cabano no Império do Brasil.....	12
1.2 Pedro I e a constituição de 1824: a crise da coroa portuguesa, período regencial no Brasil e o crescimento de revoltas populares.....	14
1.3 Adesão do Pará a Independência, <i>Brigue palhaço</i> .....	21
1.4 O interesse dos franceses na fronteira franco-brasileira, lembranças da crise política entre Portugal e França.....	25
<b>2. CAPÍTULO</b>	
O GRÃO-PARÁ E O MOVIMENTO CABANO.....	
30	30
2.1 A cabanagem e as classes populares.....	31
2.2 Batista campos e sua influência na ideologia cabana.....	32
2.3 A morte de Bernardo Lobo, eclodi a revolução Cabana.....	35
2.4 A organização da ordem social, cabanos deixam Belém.....	37
2.5 A criação do herói cabano, lutas continuam pelo interior do Grão-Pará.....	39
2.6 Impactos na economia, discurso da manutenção da ordem.....	42
<b>3. CAPÍTULO</b>	
A POLÍTICA DE CONTROLE, FUGA E FORMAÇÃO DE UMA NOVA SOCIEDADE NA FRONTEIRA FRANCO-BRASILEIRA.....	
46	46
3.1 Impactos da cabanagem na fronteira franco-brasileira.....	48
3.2 Cabanagem e a historiografia caripuna.....	49
3.3 Migração, formação de uma nova sociedade.....	55
3.4 A força do nortista, influência nos ideais revolucionários cabanos na história da Amazônia.....	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	59
REFERÊNCIAS.....	63

## **Introdução**

Esta pesquisa buscou produzir uma releitura na historiografia da Cabanagem e interpretar possíveis impactos desse movimento da Costa Setentrional do Grão-Pará, compreender o fenômeno da cabanagem e seus impactos na costa setentrional do Grão-Pará, no período de 1822 a 1840, e dessa forma, verificar esse movimento singular na história do Pará oitocentista.

A Província do Grão-Pará foi à última a aderir a Independência do Brasil, somente no ano de 1823, e aconteceram represálias contra essa Província. É importante ressaltar, que a crise política, econômica e social que estavam ocorrendo nesse período no Brasil pós Independência, indica-nos aspectos primordiais para o desenvolvimento da pesquisa, posto que, o processo revolucionário da cabanagem abrangeu toda província do Grão-Pará.

Esse movimento ocorreu no período de 1835 a 1840, alcançando a Guiana Francesa e fronteira com a América Hispânica, de tal maneira, podem ser verificados os impactos desses processos revolucionários e causas na sociedade Amazônica.

Compreender a cabanagem como um importante movimento social, potencialmente variável, constituindo as análises dos impactos decorrente do movimento cabano na costa setentrional do Grão-Pará, dessa forma, conheceu-se a formação da historiografia Amazônica e seus contextos ideológicos que levaram a luta de uma camada popular contra a repressão e desigualdade social no período do Império brasileiro, que despertou o interesse em estudar os acontecimentos que levaram a esse conflito, dessa forma procurou-se ampliar a compreensão desse movimento cabano.

Os traços característicos da pesquisa em tela é compreender aspectos sociais e culturais, que levaram algumas famílias a migrarem para regiões distantes dos conflitos que estavam ocorrendo naquele período. Observou-se que a cabanagem teve influência na formação de uma etnia na fronteira franco-brasileira, denominada de Karipuna.

Portanto, essa miscigenação se manifestou ao longo do tempo, e se nota até os dias de hoje. Esses impactos ocorridos por influência da cabanagem foram fundamentais para a formação dessa sociedade. A cabanagem segundo Magda Ricci (2006), foi uma revolução que dizimou parte da população amazônica, resultando num relativo vazio demográfico na região. Podemos identificar no grande conflito que ocorreu na província do Grão-Pará, os povos acabaram fugindo desse massacre, em que identificamos a formação da etnia Karipuna, que em



seu processo histórico de migração e territorial às margens do rio Curipi e Uaçá, na cidade do Oiapoque no Norte do Amapá.

Segundo Lux Vidal (2000), o processo migratório ocorre motivado por alguns fatores, como: a fome, a religião e pela guerra. Assim foi analisado o processo migratório do GrãoPará, sinalizando rastros que indiquem à formação histórica desses grupos, em sua trajetória a hipótese de elementos que ajudaram na formação dessa identidade, por conta da mistura cultural dos povos indígenas e não indígenas, criando novas características peculiares e uma cultura homogênea. Objetiva-se neste trabalho compreender e refletir sobre os processos de lutas e a reconfiguração de uma nova identidade, que nos leve a um processo histórico a ser estudado e analisando no período do século XIX.

Analisando pela perspectiva bibliográfica de alguns autores, são encontradas questões que nortearam a compreensão do sentido sobre o movimento cabano.

Segundo Magda Ricci, a cabanagem se divide num processo de ramificações. Isto é, no período “pré-cabanagem” já vinham ocorrendo motins e manifestações de insurretos. Domingos Raiol em sua obra *Motins Políticos* (publicada nos anos de 1865), afirma que o movimento cabano se equiparou ao ato de atirar fogo em relva ressequida. A elite local teve influência nos conflitos internos da província, no entanto, Raiol afirma que as ditas elites não conseguiram mais controlar os desdobramentos dos conflitos, que se espalhou por toda a província do Grão-Pará, indo para além de suas fronteiras.

Em ambos os estudos se ampliam a compreensão do processo da Cabanagem, isso implica o desdobramento de uma junção de fatores sociais, econômicos e políticos que nos levam a compreender a atmosfera que estava sendo criada na província do Grão-Pará.

A cabanagem e suas multiplicidades nos abrem um leque de possibilidades interpretativas. É interessante esclarecer que para alcançarmos esse resultado na pesquisa, mantivemos a proposta de uma construção histórica de uma conjuntura social, em nossas leituras, e nos deparamos com pesquisas e estudos que nos levaram a perceber o forte sentimento separatista que se consolidou na população da província paraense, a leitura das ensejou evidenciar essas questões.

É importante observar que a região da fronteira franco-brasileira era uma rota de fuga de escravos e dessa maneira, observou-se não somente a fuga de escravos, mas também, de famílias indígenas e não indígenas para aquela região em virtude dos conflitos que se desenrolavam na província. Com isso surgem os questionamentos. Quais os impactos sociais a cabanagem

causou? Por conta dessas fugas na fronteira franco-brasileira, e como compreender o desdobramento num conjunto de fatores que levou ao processo revolucionário e suas respectivas mudanças de grande porte na sociedade paraense.

Nesse sentido no primeiro capítulo nos deparamos com um universo político conturbado, ao que se deve aos processos políticos e transformações pelas quais o Brasil estava atravessando.

Com a criação da monarquia brasileira, há setores que procuram se estabelecer no poder e dessa maneira cria-se um cenário abrangente para distúrbios e convulsões sociais, por discursos políticos diferentes.

Com o desdobramento de uma conjunção de fatores sociais, é eminente a instabilidade no Império. É interessante observarmos que a crise da coroa portuguesa teve impactos importantes na política interna do Império brasileiro, como foi percebida a pressão sobre Dom Pedro I, que não era bem visto por ser português e a sucessão da coroa portuguesa com a morte de Dom João Dom João VI, o reino português chegou quase a uma guerra civil. Dessa maneira em 1831, Dom Pedro I abdica de sua coroa no Império brasileiro e volta a Portugal.

Dessa forma começa o período regencial no Brasil. Dom Pedro II não tinha idade adequada para governar, sendo assim o Império é governado por regentes. Durante a regência, o Brasil passa por uma série de ciclos de revoltas regionais.

A cabanagem é considerada a mais sangrenta de todas, por seus altos números de mortos, a revolta cabana é vista com temor pelos franceses, que não queriam que essa anarquia chegasse a Guiana Francesa, e com isso, adotam medidas para resguardar a fronteira. Havia um temor de uma nova invasão, em face da tomada de Caiena pela coroa portuguesa e sua devolução em 1817. De tal maneira, os franceses tinham grande interesse no rio Amazonas, e a revolução cabana foi uma forma de militarizar aquela região a qual consideravam um ponto estratégico ideal para a observação e para barrar os brasileiros que queriam se refugiar em Caiena.

No segundo capítulo abordamos o movimento cabano e suas características, fundamentando-nos especialmente na historiografia paraense, onde o movimento eclodiu.

A cabanagem foi uma revolta popular, em que se uniram contra o Império Regencial e tomaram a cidade de Belém, por falta de projetos do Império brasileiro, houve um enfraquecimento na estrutura governamental nesse período. Por conta da desordem que se encontrava aquela região, o governo Imperial reconquista a capital e o foco desses conflitos acontecem no interior da província.

No terceiro capítulo intitulado de “*A política de controle, fuga e a formação de nova sociedade na fronteira franco-brasileira*”, para controlar a desordem que aconteciam na província do Grão-Pará, por conta da revolução cabana.

Contudo, é importante compreendermos de que maneira essas ações foram recebidas e a repressão da regência em manter a ordem. Os grandes impactos causados na população denominada de ociosa na fronteira, em que causava grande preocupação, por ser uma rota de fuga de escravos e uma área de disputas entre Brasil e França. Nesse sentido, a ideia do capítulo é compreender o mecanismo e suas estratégias causados por esse movimento, de toda forma ocorreu um processo migratório para regiões mais distantes desse conflito.

O contato (alteridade) com outros povos da região estabeleceu a criação de uma nova identidade, dessa forma vincula-se a problemática dos processos de contatos com culturas diversificadas, é importante observamos que nesse contato se estabelece uma nova etnia, denominada de Karipuna (quer dizer, índios misturados).

A intenção dessa pesquisa é demonstrar o processo pelo qual se estabeleceu a historiografia da cabanagem e a sua influência. Esse movimento teve uma criação peculiar, contudo, é importante ressaltar os anseios que levaram a esses acontecimentos.

## **1. Capítulo: A política e a ordem do Império Brasileiro no período da PréCabanagem**

Para compreendermos a cabanagem devemos verificar o período que o Brasil estava atravessando a abdicação de Dom Pedro I. Com a qual se passava a história do período Regencial, onde o Império brasileiro passa por um período de muitos conflitos por conta da crise política e social que o Brasil estava vivenciando. Aconteceram vários conflitos no território brasileiro, por falta de estrutura e autonomia dos políticos locais. Esse movimento foi diferenciado pela grande participação popular, onde conseguiram assumir por um período o poder da província e por falta de organização desse movimento não durou o tempo pretendido. (LINHARES, 2000).

### **1.1 Movimento popular cabano no Império do Brasil**

Neste período evidenciamos que as classes sociais mais populares tiveram grande participação nesse conflito, apesar da elite paraense também estar vinculada. Ocorreram alguns distúrbios no interior que foram malsucedidos, mesmo assim a cabanagem não perdeu forças.

Por isso, os revoltosos não hesitaram naquele momento da revolta em Belém, os cabanos conseguiram dominar aquela região mostrando assim que esse movimento popular estava crescendo cada vez mais, apoiado pela população daquela região, é importante notar que tanto a camada popular, os escravos e também os indígenas tiveram uma participação importante nesse movimento demonstrando assim que toda sociedade paraense estava vinculada a esses conflitos que estavam ocorrendo. (REZENDE; DIDIER, 2006).

A cabanagem foi o mais notável movimento popular ocorrido durante o Império. Foi o único em que as camadas de baixa condições sociais (índios, caboclos e negros) conseguiram ocupar o governo de uma província durante um período de tempo relativamente extenso (nove meses). Todavia, os cabanos não possuíam qualquer programa de governo que definisse seus objetivos, e nem apresentaram um conjunto sistemático de exigências. (LINHARES, 2000, p. 120).

A abordagem desse tema é uma forma de valorização da história e da luta de uma classe social. Que por conta das explorações indevidas, lutaram para conquistar a liberdade que foi tirada e explorada por uma minoria detentora do poder. As etnias indígenas tiveram grande influência nesse conflito, por muitas vezes eram povos que viviam nos aldeamentos e eram

explorados, discriminados e perseguidos pelo poder colonial. Como índios, caboclos, mestiços, negros, eram as classes menos favorecidas, esse abandono social faz eclodir ressentimentos.

Os intelectuais da região começam a fomentar a lutar contra o poder central e se unem com classes mais baixas da sociedade de Belém, justamente para ganhar massa para combater o poder da província, pois, Grão-Pará foi uns dos últimos da região a aceitar a independência do Brasil. O movimento cabano considera-se seu início em 07 de janeiro de 1835, em frente da igreja das Mercês em Belém no qual os cabanos eram vistos como bárbaros e sanguinários, por conta da violência e da forma como foi tomada a cidade de Belém. Segundo Maria Linhares (2000):

Após alguns distúrbios malsucedidos no interior, na madrugada de 7 de janeiro de 1835, a revolta, afinal, estourara em Belém, sendo executado o presidente e o comandante-de-armas, além de outras autoridades, pelos cabanos dos irmãos Antônio e Francisco Vinagre. O primeiro governo cabano foi entregue, então, a Clemente Malcher que estava preso por participar da conspiração.

Para se compreender os movimentos que levaram a cabanagem temos que entender os receios históricos que estavam inseridos a este movimento. Pode-se verificar antigos ressentimentos históricos e políticos dessa região, por outro lado, temos os liberais exaltados que não aceitavam a perda de autonomia política, naquela época o presidente da província era nomeado pelo poder central, no caso pelos regentes. A formação do Estado Nacional é um conjunto de áreas que serão divididas com pouca autonomia que se chamaria de Império do Brasil, era uma das formas políticas que ocorriam numa nova monarquia separada da coroa Portuguesa, esse novo Império é marcado por vários conflitos.

Todos estavam limitados pela incapacidade de controle sobre os mecanismo do comercio internacional, dos quais dependia a economia primário-exportadora (...) todos surgiram da crise do sistema colonial e do amadurecimento dos interesses antimetropolitanos dos grupos formados pelos proprietários de terras, comerciantes, burocratas militares e o clero nativo, etc. todos enfrentaram, em maior ou menor grau, lutas internas e trataram de conter aquelas reivindicações de caráter popular que pudessem pôr em questão o domínio dos grupos dirigentes. (BERNARDES, 1983, pp.18-21).

Trata-se portanto, de buscar tradições e interpretações históricas ao processo produzido que levaram as tensões políticas vivenciada no Grão-Pará, dessa forma, analisamos aspectos que abrem possibilidades equivocadas de ver o Brasil como uma unidade nacional, incapacitada

de mediar os vários conflitos (alguns de caráter separatistas) que estavam eclodindo no território brasileiro, com a centralização da organização política no Rio de Janeiro.

Principalmente com a chegada da família em 1808, cria-se a visão de desvalorização das províncias mais distantes, características que levaram a lembrança do período colonial português com o fortalecimento na economia no período pombalino, incrementando a produção agrícola em Belém e seus arredores, ocorrendo a prosperidade de fazendeiros e lavradores. Fomentou-se com isso relativa estabilidade econômica nesse período, dessa forma com o sentimento de abandono do Império Brasileiro tiveram grande importância no descontentamento político e nas contradições que levou ao movimento cabano.

Neste sentido, acreditar que no início do século XIX as perspectivas do Grão-Pará passassem pela vontade consensual de seus habitantes em estabelecer um atrelamento com o governo sediado no Rio de Janeiro, é desconsiderar tanto o peso de um passado de vida autônoma que as duas colônias de Portugal na América (Brasil e Grão-Pará) vivenciaram ao longo de séculos, quanto às relações de poder que passavam o projeto de unificação nacional. (BALKAR, 2000, p. 84).

## **1.2 Dom Pedro I e a constituição de 1824: a crise da coroa portuguesa, período regencial no Brasil e o crescimento de revoltas populares**

Dom Pedro I, aceita governar sobre normas de uma constituição apesar de ter vindo sobre uma influência da política do absolutismo.

Na elaboração da constituição havia muitas divergências principalmente pela liderança de José Bonifácio, que queria um poder executivo forte, em que era apoiado pelos grandes proprietários de terra. Era o principal aliado do imperador, um grande e hábil articulador político. Era um liberal, com influência do Iluminismo, tiveram grandes contradições e que o levaram a reprimir jornais, lojas maçônicas e a perseguir os mais radicais que se opunham a dom Pedro I.

Com a morte de Dom João VI em 1824, Portugal entra numa crise política que chegou a quase uma guerra civil. Grande parte da corte Portuguesa desejava a volta de Dom Pedro I para assumir o trono deixado por seu pai, como havia outros que eram contra ocorreu uma grande influência para que acontecesse a abdicação de Dom Pedro I do Império do Brasil.

Nesse período eclodi uma grande pressão política para que o mesmo deixasse o país. Havia desconfiança por conta de Dom Pedro I por ser português, e com isso fez aumentar a

pressão sobre o Império brasileiro, levando o imperador abdicar do “seu Império”, inaugurando a partir de então período político da Regência no Brasil. (REZENDE; DIDIER, 2006).

(...) D. João VI se viu em voltas às voltas com as intrigas de Carlota Joaquina e do filho caçula, d. Miguel, preferido da mãe, absolutista empedernido, que proveram um outro golpe, em 1824. Desgastado, após reconhecer a independência do Brasil no ano seguinte, faleceu em 1826, aos 59 anos, deixando o reino a beira de uma guerra civil, que colocaria em campos opostos os dois irmãos, d. Pedro e d. Miguel, e contribuiria para a abdicação do primeiro imperador do Brasil e para crise das regências. (NEVES; NEVES, 2003, p.72).

O período da regência é dividido em quatro fases. A primeira é a *regência trina e provisória* que tentaria contornar a crise política, social e econômica.

Depois ocorre a *regência trina e permanente*, onde procurava conciliar o interesse de norte a sul do país. Depois duas *regências unas*, onde já se centralizava o poder em um único regente. Uma primeira etapa bastante progressista e na segunda, bastante conservadora era uma forma de preparar o país para a volta de Dom Pedro II.

Podemos observar que a crise política em que o país estava passando, ocorreu por interesse de alguns políticos que queriam que Dom Pedro II assumisse o poder, assim acontece o chamado golpe da maioria.

O ano de 1839 foi especialmente complicado para a manutenção da unidade territorial do Império Brasil. Muito se havia gasto para conter os movimentos rebeldes de norte a sul. Um representante inglês chegou a dizer em 18 de setembro, que ‘este Império encontrasse nas vésperas de sua dissolução, ou pelo menos de uma crise cujo resultado não pode senão fatal’ (NEVES; FERNANDES, 1999, p.139).

Com Dom Pedro II assumindo o Império brasileiro, umas de suas primeiras medidas foi nomeação do gabinete da maioria.

Depois convocou eleições para câmara dos deputados porém não obtendo êxito, pois, incidiu uma crise por conta de uma fraude dos liberais. Para vencer essa eleição, que foi denominada a “eleições do cacete”, que mostrava a fragilidade da política nacional, por conta de vários interesses dos liberais e dos conservadores.

A regência é marcado por intensa agitação política e social, uma grande disputa política e social por falta de uma figura conciliadora dos interesses da política nacional, o período regencial é marcado por uma grande fase de revoltas, esses movimentos revoltosos ocorreram

por ausência de autonomia política das elites locais, essas revoltas ocorreram em quase todo Brasil de norte ao sul do país, como se pode ver a revolta dos farrapos no Rio Grande do Sul, a Balaiada que aconteceu no Maranhão, na Bahia a sabinada e a revolta do malês, demonstrando a insatisfação que se deu em grande escala no Brasil.

Em Belém, temos a mais violenta e sangrenta revolta. Por conta de seu grande número de mortos e com grande participação popular a região do Grão-Pará foi à última a reconhecer a independência do Brasil.

Com abdicação de D. Pedro I, os paraenses não aceitaram a nova política que o Brasil estava estabelecendo, por conta da perda de autonomia. Certo grupo político não aceitava a perda de poder que estava ocorrendo com a nova política nacional, para se compreender a cabanagem temos que verificar os vários processos, conflitos que ocorreram e os movimentos de revoltas. Podemos verificar alguns motins ocorridos antes da cabanagem que demonstraram a insatisfação na província do Grão-Pará. (REZENDE; DIDIER, 2006).

A cabanagem foi uma revolução social que dizimou a população amazônica e abarcou um território muito amplo. Contratando com esse cenário amplo e internacional, foi e ainda é, analisando o mais um movimento regional, típico do período regencial do Império do Brasil. No entanto, os “patriotas” cabanos, ao longo do movimento, criaram um sentimento comum de identidade entre povos de etnias e culturas diferentes, que extrapolava estes ditames. (RICCI, 2006, p. 05).

Observar-se o conflito no povoado de São Francisco Xavier de Turiaçu, na fronteira entre Pará e Maranhão, no dia 26 de agosto 1824, onde homens armados invadiram fazendas de moradores considerados portugueses, libertaram escravos, índios e pilhavam tudo o que podiam levar, e aqueles que resistiam a esses saques eram mortos.

Esse clima de hostilidade foi ganhando força, e os rebeldes atacavam tropas milicianas e expulsaram o comandante José Gonsalves de Azevedo e anunciaram que todos que fossem contrários ao movimento rebelde deixa-se o Grão-Pará.

Essa revolta rapidamente chegou a outros lugares, com ajuda dos indígenas, capitães do mato, negros libertos e desertores das tropas paraenses eles tomaram a vila de Ourém e outros lugares como, Viseu, Gurupi e Piriá. (BRITO, 2014).

Uma sensação de horror tomou conta do pequeno povoado paraense de São Francisco Xavier de Turiaçu, na fronteira entre Pará e Maranhão, nas primeiras horas do dia 26 de agosto de 1824. Um grupo de 80 a 100 homens armados, em grande parte formada



por maranhenses desertores das tropas e negros fugidos, adentou rapidamente a povoação, invadiu as fazendas dos moradores considerados “portugueses europeus” e pilhou tudo o que podia carregar, além de libertar escravos negros e indígenas. Todos os que resistiam à ação foram espingardeados a sangue frio, de acordo com a esparsa documentação. (BRITO, 2014, p. 74).

Esse movimento demonstrou bastante força, quando no dia 21 de setembro invadiram a cidade de Bragança, sede da administração política e militar de toda região atlântica do Grão-Pará. Por onde passavam usavam bastante violência contra moradores que eram contra o dito movimento. Havia muita insatisfação e ódio contra os considerados ‘europeus’. Não concordavam como tinha ocorrido o acordo político da adesão a independência brasileira, entre outros políticos de Belém que era a capital da Província Grão-Pará.

Houve grande insatisfação da forma como a política foi organizada.

A revolta rapidamente se espalhou por outros distritos da região. Com ajuda dos índios e liderados por capitães do mato e desertores das tropas paraenses, os rebeldes tomaram a vila de Ourém e os lugares de Viseu, Gurupi e Piriá. Em 21 de setembro, invadiram a vila de Bragança, sede da administração política e militar de toda região atlântica do Grão-Pará. Por passavam, usavam de violência para punir os habitantes considerados “não brasileiros” aqueles que tinham espalhados publicamente a sua indignação contra a Independência, especialmente de moradores brancos. (BRITO, 2014, p. 75).

D. Pedro, I e José de Bonifácio de Andrade e Silva, mantiveram regalias aos homens de negócios, intelectuais e funcionários públicos. O estado de revolta era grande que chegou notícias de divergências iniciada em Recife por conta do fechamento da assembleia constituinte pelo imperador.

José de Bonifácio, que defendia um regime centralizado, D. Pedro aceitou governar sob normas constitucionais, os grandes proprietários de terras reivindicavam um regime federativo, com autonomia das províncias.

Bonifácio foi um dos grandes articuladores nesse período de formação de Estado Nacional, tinha pensamentos iluministas, era um liberal moderado, mas não abriu mão de reprimir os mais radicais. Por muitas vezes faltou apoio do próprio Imperador que levou a entregar seu cargo de ministro. (REZENDE; DIDIER, 2009).

Com a dissolução da assembleia constituinte, os sinais da crise que estavam ocorrendo nesse período podem verificar que em 1824, foi outorgada a nova constituição, por não agradar

grande parte das províncias, ocorreram várias reações, muitas vezes levando a conflitos e resistências em que levou a *lusofobia*, é importante ressaltar uma das mais fortes resistências nesse período provindo de Pernambuco, onde nesse mesmo ano eclodiu a *Confederação do Equador*, esse movimento não era visto com bons olhos por Dom Pedro I. No qual achava que a mesma oprimia a liberdade, integridade dos povos, com a constituição de 1824, um demasiado ao poder central e o enfraquecimento das províncias, que elementos para o surgimento de uma pregação por lutas e pela independência províncias. (REZENDE; DIDIER, 2009).

No dia 2 de julho, afinal, estourou a revolta, proclamando-se, em Pernambuco, a confederação do equador. Uma junta governativa, presidida por Paes de Andrade e apoiada na aristocracia rural, assume o poder, e lança um manifesto, alertando para a negra perfídia e os perjúrios do Imperador, lembrando que as constituições, as leis de todas as instituições humanas são feitas para os povos e não os povos para ela; e conclamando as demais províncias a se unirem na confederação. (LINHARES, 2000, p. 214).

Esse movimento iniciado em Pernambuco foi liderado pelo presidente da província Manoel de Carvalho Paz de Andrade que se espalhou por grande parte do império brasileiro, sendo notado em Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Bahia, Maranhão e Pará. Paz de Andrade anunciou para o povo a luta pela liberdade que diziam que estava em risco de voltar a ser colônia de Portugal.

Havia uma forte tendência de fragmentação do império por conta das numerosas revoltas que estavam se passando naquele período. Esses movimentos eram totalmente contrários a forma de unidade que D. Pedro I tentava manter, por ser um movimento que não agradava a todos, muitos proprietários de grandes terras se afastaram por conta de algumas ideologias que eram contrárias, principalmente sobre o pensamento da libertação dos escravos, não demorou muito para esse movimento sofrer uma grande repressão por parte do Império. (REZENDE; DIDIDER, 2009).

A Província do Grão-Pará na localidade de Turiaçu, Bragança os conflitos mais violentos por conta da forte presença patriota popular. Tinha forte participação de negros, indígenas e soldados desertores que lutavam contra os portugueses que protagonizaram cenas de violências em vilas, povoados e distritos rurais.

Eles defendiam publicamente o que se entendia por liberdade e igualdade, e os mesmos tentavam depor as autoridades da fronteira do Grão-Pará e Maranhão, como Salinas, Cintra, Piriá, Ourém e outros povoamentos.

Lutavam por uma maior autonomia e buscavam uma maior participação política da população em geral. Havia uma crise que ocorria a esse clima não favorável. Era a expulsão dos portugueses que tinham residência nessas localidades, uma espécie de luso-fobia.

(BRITO, 2014).

No mesmo caminho, percebe-se que as províncias do Pará e do Maranhão estavam em constante comunicação com regiões relativamente distantes, como Pernambuco e Ceará, integradas outros projetos políticos que criticavam o tipo de unidade defendida pelo Rio de Janeiro na figura do Império. (BRITO, 2014, p. 77).

Foi um movimento de revolta que não durou muito tempo, apenas 44 dias, até ser sufocada pelos militares do Grão-Pará e Maranhão. Que usaram de grande violência para reprimir esse movimento. Muitos fugitivos maranhenses entraram na fronteira do Pará e traziam notícia sobre acontecimentos que ocorriam na confederação do equador, traziam cartas, exemplares de jornais, pernambucanos e cearenses.

Essas notícias chegavam ao extremo norte, às cartas eram lidas em público e causavam grande confusão, até a capital do Grão-Pará. Alimentando uma luta maciça e tinham uma grande participação popular pela independência da Província. (BRITO, 2014).

Não tardou para que as notícias chegassem a Belém. Em 16 de setembro, a câmara Municipal realizou uma sessão extraordinária para discutir as proclamações e os impressos que vinham de Fortaleza pelo correio de Sobral e Maranhão. Ao mesmo tempo, o presidente da Província, José de Araújo Roza, passou a denunciar alguns membros da câmara como republicanos por discordarem de sua política de alinhamento com a corte do Rio de Janeiro. Rebeliões, como que aconteceu em Turiaçu e Bragança, revelam a maciça participação popular nas lutas por independência. (BRITO, 2014, p.77).

De norte a sul eclodiram várias revoltas que tiveram grandes impactos sociais, e grande parte das províncias não aceitaram a forma autoritária que era conduzida a política governamental.

Podemos citar a província do Grão-Pará, que não aderiu ao Império depois de sua proclamação, dessa forma, ocorreu uma grande repressão para conter esses movimentos de divergência contra o poder central. Essa província sempre foi considerada uma das mais turbulentas, esses ciclos de revoltas ocorriam antes da proclamação da independência, da forma que era a política repressiva, abusiva e como era utilizada pelo poder central. Causando um resquício de descontentamento da forma que se governava as províncias.

Quando entra em vigor o código criminal de 1830 percebe-se que é notória a necessidade das autoridades políticas locais em demonstrar à sede do Império que reinava a ordem e a paz no Grão-Pará. Tal argumento ganha força quando analisada a documentação referente aos relatórios e falas dos presidentes da província do Grão-Pará entres as décadas de 1833 e 1850. (MESQUITA; FURTADO, 2016, p. 07).

Esses acontecimentos resultaram em descontentamento político. Desta forma, havia a necessidade da afirmação do poder imperial, este documento que se refere à província do Grão-Pará, procurou demonstrar a ordem que se estabelecia nesta região, por conta da presença do governo.

Sendo assim, forjavam a nacionalidade e patriotismo, com o fito de uma suposta unidade nacional artificial. O presidente da província relatava os problemas e dificuldades por conta da distância e o amplo território e o código criminal. É importante para que não ocorra à desordem, há uma continuidade do discurso sobre a aplicação dos termos estabelecidos, veio o descontentamento da população, demonstrando a dificuldade de aplicação desse novo sistema que se estabelecia.

Segundo Tiago Mesquita e João Furtado (2016), o código penal de 1830 passa a nortear as políticas de punição do Império brasileiro, tinha por assim dizer um caráter violento, moral, liberal e constitucionalista.

Era uma forma de desuso da antiga metrópole e se utilizava para punir como um estado independente, procurando manter o controle social em que haviam punições com trabalho, multas, açoites, mortes, e outras maneiras de caráter correcional, contudo, foi umas das formas que o Império brasileiro procurou estabilizar as revoltas que estariam eclodindo em suas províncias.

Desde a época da Independência, o Pará, cuja adesão ao Império só foi conseguida por meio de repressão efetuada pelas forças de Greenfell, sempre forma uma província das mais turbulentas. A partir da abdicação, os conflitos intensificaram-se na região tendo o antilusitanismo (voltado, sobretudo, contra a elite mercantil) e as divergências com o poder central como os seus principais elementos. (LINHARES, 2000, p. 230).

Por conta da falta de tropas que em sua maioria eram portuguesas, Dom Pedro I, foi obrigado a recorrer as tropas mercenárias inglesas e os ingleses transformaram o Brasil em um amplo comércio de seus produtos. Além de ter que pagar um grande subsídio para ser

reconhecido como um território independente, a junta que governava o território do Grão-Pará foi surpreendida pela ameaça de Greenfell de invasão a Belém.

Essa invasão não seria tão complicada por conta de falta de estrutura que aquela província tinha. O bispo que também era deputado D. Romualdo de Souza, que era pró-lusitano, encaminhou uma carta a D. Pedro declarando-se fiel ao Imperador brasileiro.

(FILHO, 2001).

### **1.3 Adesão do Pará a Independência, Brigue palhaço**

A adesão do Pará a independência do Brasil mostrou um caráter de interesses de certa camada da sociedade paraense, que antes era a favor da emancipação e agora por conta da manutenção de seus privilégios apoiara o novo governo central; dessa forma surgiu um sentimento de traição daqueles que tinham postulados do território em 1823.

Ocorreu uma grande revolta em Belém, e esse movimento tinha como característica a expulsão de todos os portugueses e a saída do governador do seu cargo. Assim que assumiu a província, Conego Batista Campos, uma das suas primeiras medidas, foi afastar os funcionários que eram pró-lusitanos, com isso afastando a máquina opressora. (FILHO, 2001).

As elites perseguidas recorreram a Greenfell, que desejavam ter de volta os privilégios que haviam perdido. Desde então, se inicia uma deliberada perseguição contra os rebeldes, após grande repressão. Batista Campos foi preso e os funcionários que tinham sido afastados voltaram aos postos de suas funções.

A repressão contra as hostes rebeldes foi vigorosamente violenta, e esses movimentos colocavam em risco as camadas dominantes, por isso, os mais abastados pediram mais rigor contra esses insurretos que eram os mesmo que lutavam contra a dominação dos portugueses e contra os manifestos que estavam ocorrendo.

Foram presas muitas pessoas que estavam praticando atos de badernas, onde 05 (cinco) foram fuzilados e 256 (duzentos e cinquenta e seis) foram levados aos porões do *Brigue Palhaço*. (FILHO, 2001).

A região do Grão-Pará foi marcada por muitos conflitos, em decorrência da política que era exercida de uma nova forma, que conduzia por um sistema de poder implantado naquela época.

Cria-se a visão de uma independência do Grão-Pará do Brasil, há um sentimento de separação, nessa ocasião ocorreram eleições para câmara constitucional de Belém, para o

espanto e revolta de todos os comandantes das armas general José Maria de Moura. Foi quem ganhou da maioria dos brasileiros que concorriam ao comando da província do Grão-Pará, nesse período sucedeu-se uma reunião que foi decidida uma forma de anular aquele pleito, o coronel João Pereira Vilaça, deu a ordem de prender os componentes da junta em suas próprias residências, mas, com essa perseguição que estava ocorrendo os separatistas continuaram se reunindo em encontros secretos.

Um dos locais onde ocorriam esses encontros era na casa de um italiano chamado João Balbi, e tal movimento começou a ganhar corpo quando recebeu o incondicional apoio de alguns membros das forças armadas, como por exemplo, o capitão Dominicano Ernesto Dias Cardoso e o capitão Boaventura Ribeiro da Silva.

Mas, não teve êxito, porque a maioria dos revoltosos foram presos, em decorrência da indecisão e o movimento enfraqueceu.

Após a adesão do Maranhão a independência do Brasil, chega à Belém o capitão John Pascoe Greenfell, imbuído da missão de comandar o brigue.

O Grão-Pará era a última região considerada a aceitar a independência do Brasil. Esses movimentos eram demonstrações da não aceitação da política que era utilizada pelo poder da época; é importante ressaltar que esses movimentos foram crescendo com o tempo e não ocorreram somente no interior, como também foi muito forte na capital Belém.

Como podemos ver no *Brigue Palhaço*, o 2º Regimento de Artilharia e os desordeiros voltaram a atacar os comércios que eram vinculados aos portugueses. Essa desordem que recaia sobre Belém, designou os praças de segunda linha que não conseguiram deter e informaram as tropas da esquadra naval Imperial.

Durante a noite, as tropas Imperiais desembarcaram para combater o movimento que estava ocorrendo, muitos foram presos e denunciados e outros suspeitos foram surpreendidos pegos nas ruas.

O porto de Belém foi bloqueado por um navio de guerra, comandado por um capitão inglês chamado Greenfell, com um grande blefe anunciou que teria uma esquadra de guerra pronta para bombardear Belém, caso não aderissem a Independência.

Diante disso o governo provincial se reuniu e resolveu aderir como temor das ameaças e repressão que poderia acontecer; o Grão-Pará era uma província gigantesca e muito rica, por ser mais perto o porto de Belém de Portugal.

Ocorria o comércio entre a elite paraense por sua maioria ser formada de portugueses, e não tinham interesse em continuar pertencente a Portugal, mas, essa adesão não foi pacífica. Ocorre uma grande agitação na cidade, e muitos foram presos e no outro dia foram levados ao brigue de guerra e mantidos prisioneiros.

No dia 17 de outubro de 1823, 05 (cinco) indivíduos foram fuzilados, e cerca de 250 (duzentos e cinquenta) pessoas foram detidas e colocadas nos porões do navio chamado brigue palhaço que era comandado pelo 1º tenente Joaquim Lucio de Araújo, sufocados no porão muitos prisioneiros começaram a gritar e provocar tumultos por conta do calor que era insuportável, e pediam água e muitos estavam desesperados.

A guarnição para acalmar os ânimos dos prisioneiros deu tiros de fuzis na direção do porão, e no dia 22, o porão foi aberto e constataram que as maiorias dos prisioneiros haviam falecido, e contabilizaram 252 (duzentos e cinquenta e dois) mortos. Um prisioneiro que sobreviveu se chamava *João Tapuia*.

Durante um tempo no primeiro reinado o partido nacional esteve quase sempre fora do poder. Por isso seus adversários procuram enfraquece-los em todo o país, e o Grão-Pará não fugiu “a regra”. Nesse período não houve um momento em que os cargos públicos não fossem escolhidos politicamente, sobretudo aqueles cargos de maior influência como, o de presidente da província e comandantes das armas.

No entanto, houve uma perda de autonomia e perseguição a quem não seguisse os ditames políticos da época. Era uma forma tão autoritária que perseguiram até os mais leais defensores da causa brasileira, provocando assim, forte insatisfação da população que não via com bons olhos essa doutrina política que se utilizavam.

Para que fosse estabelecida a tranquilidade pública, eram utilizadas manobras extremas que podem ser verificados no brigue Maranhão. Assim reprimindo todos aqueles que eram contra a política do Império brasileiro, a luta entre os nacionalistas e os conservadores continuava mesmo depois da adesão do Grão-Pará a Independência.

Para que os portugueses continuassem assumindo os melhores cargos públicos da província, esses conflitos foram bastante intensos em algumas regiões fora de Belém. Havia um grande receio contra os europeus que ali moravam, principalmente contra os portugueses, uma espécie de *lusofobia* podem destacar a cidade de Cametá, onde os ânimos estavam bastante exaltados por conta da política que se utilizavam na província.

A cidade de Cametá teve um grande destaque nesse movimento, tornando-se durante um tempo a sede provisória do governo da província. Nos dizeres de Raiol (1970)

Ofício da câmara municipal de Cametá, de 29 de setembro de 1823, à junta provisória: - Ilustríssimo e excelentíssimo Sr. Julgamos de imperiosa necessidade participarmos a V. excelência que, reduzidos estes moradores ao último apuro em massa no dia 28 do corrente, e deposto as justiças, que até então existiam, nos elegeram para servimos em seu lugar, do que lavrou a ata que remetemos por cópia, na qual vão com efeito exageradas coisas, que nele não deveriam ter lugar, se exaltado entusiasmo do povo o permitisse. O tumulto era tal, e os ânimos estavam tão enfurecidos, e tão dispostos para uma desastrosa guerra civil, que julgamos preciso anuir finalmente a quantos eles quiseram até que Vossa excelência decida sobre estes objetos com a consumada prudência, que lhe é característica”. (RAIOL, 1970).

As deliberações que ocorriam afetavam diretamente as deposições de vários empregados públicos, que eram apoiados por experiências de injustiças e despotismo. E acabavam atingidas as camadas mais pobres, muito em conta por excesso das autoridades que se organizavam para manter seus benefícios do poder político.

Dessas classes menos abastada da população paraense começaram a criar uma visão de desagrado com a forma política que se conduzia na província, em face da grande desigualdade social que estava crescendo.

Com o enfraquecimento do movimento rebelde que estava se localizando em Cametá, as juntas provisórias propõem que o movimento tivesse uma grande redução e aceitasse a obedecer às autoridades locais.

Caso isso não ocorresse laçariam mão de meios extremos contra esse movimento. Esses movimentos de revolta espalharam-se por grande parte do Grão-Pará, em algumas regiões com bastante força e apoio da população.

Observou-se que essa agitação crescente como em Vigia e no Rio Acará, era em razão dos movimentos de revoltas que estavam acontecendo e o presidente da província procurava apoio do governo geral para reprimir e dissipar tais conflitos.

O presidente apresentou ao conselho o ofício dirigido ao governo geral em data de 24 do presente novembro, dando contados acontecimentos da revolta do Acará, e propôs que fosse inserido nesta ata o mencionado ofício, e o conselho achando exatas e verdadeiras as ideias contidas no dito ofício, deliberou que formasse parte da presente ata. (RAIOL, 1970, p. 536).



A análise dessas agitações na fronteira do Grão-Pará, Maranhão e na cidade de Belém, demonstram a organização de movimentos contra o Império por conta de sua insatisfação com a condição social e política da região.

O mesmo se caracterizou por ter apoio maciço da população e por parte dos letrados e políticos da sociedade paraense que não viam com bons olhos a Independência do Brasil, gerando assim conflitos naquela região que levaram a esse grande movimento que ocorreu dando início à cabanagem.

Esse movimento popular, de grande participação das camadas mais populares, em que podemos observar os escravos, os ribeirinhos, os índios tapuios e mestiços. No qual obteve apoio popular que vinham das mais variadas camadas econômicas que viviam no Grão-Pará, várias classes se juntavam e lutavam pela mesma causa, com características diferentes de outros movimentos que ocorreram pelo Brasil.

Apesar de estarem lutando pelo mesmo objetivo, tinham uma organização política e seus próprios interesses diferenciados da maioria população que estavam lutando naquele movimento. Ele ganhou tanta força popular que não ficou somente em Belém, atingiu territórios de imensas proporções, passando por grande parte da Amazônia e seus afluentes.

(RICCI, 2006).

O descontentamento com a nova situação apareceu não só na forma de protestos e motins populares, mas também na recriação de um passado mitificado, que identificava o período da administração do Marquês de Pombal como a “época dourada” da região. Com efeito, a administração pombalina foi sempre recuperada de forma positiva pela população do Grão-Pará, que reconhecia ter ela centrado esforços para realizar o seguimento da região e torná-la um dos centros prioritários do Império Colonial Português. (BALKAR, 2000, p. 87).

A crise política que estava assolando o país antes de ocorrer a independência causava um fluxo de acontecimentos que levaram a uma crise em algumas regiões do Brasil. Por uma visão de emancipação política e de direitos sociais. Em que se verificam os privilégios que os lusos recebiam da coroa portuguesa que causava revoltas na população.

O movimento em Recife no ano de 1817 era chefiado por comerciantes que tinham certa inclinação política liberal e que também eram apoiado pelos militares, funcionários públicos e por parte do clero, formando assim um governo provisório; mas como toda revolta que ocorria, foram oprimidas em 1818, esse período político foi marcado pela invasão da Guiana Francesa em 1809. Nesse sentido Linhares aponta que:

A política externa lusa no Brasil caracterizou-se pela tomada Guiana francesa – ocupada de 1809 a 1817 – por uma expedição anglo – portuguesa partida do Pará, e pela intervenção contrarrevolucionária no futuro. Uruguai em 1817, dando começo a uma luta longa e inglória que seria herdada depois pelo Brasil independente. (LINHARES, 2000, p. 125).

Tendo os franceses invadido Portugal, a coroa portuguesa e toda a corte fugiu para sua maior colônia que era o Brasil, e o primeiro ato de Dom João VI foi abrir seus portos para as nações amigas.

Portugal declara guerra à França, com isso foi dada a ordem da invasão de Caiena, essa invasão teve apoio militares ingleses, inimiga histórica da França, após a conquista de Caiena esse território passou a ser administrado por João Severiano Maciel da Costa, posteriormente ganhando o título de Marques de Queluz, seu governou durou 7 anos e meio. Em 1817, a coroa Portuguesa sede a França seus diretos adquiridos sobre Caiena, com as tropas de ocupação voltam para Belém, deixando para tomada efetiva da Guiana Francesa.

(CRUZ, 1963).

#### **1.4 O interesse dos franceses na fronteira franco-brasileira, lembranças da crise política entre Portugal e França**

A crise política entre Portugal e França por conta da tomada de Caiena em 1809 e a sua devolução em 1817, legou um ressentimento político e desconfiança entre o Império do Brasil e os franceses.

Por ocorrerem vários conflitos no território nacional é de extrema importância que as fronteiras do Brasil tenham uma baixa na sua proteção, por conta do baixo número do contingente da armada nacional.

O Grão-Pará estava politicamente em conflito social, o começo da cabanagem deu aos franceses uma justificativa que deveria proteger sua fronteira, assim tomando antigos interesses de conquistar a posse do rio Amazonas. Esse conflito deixou praticamente a área da fronteira do chamado *Cabo Norte* desguarnecida, facilitando uma provável investida de invasão do território pelos franceses que tinham grande interesse naquela região. (CRUZ, 1963).

A ocupação de Caiena pelas tropas portuguesas em 1809, foi à forma que encontrou de conter o temor da invasão estrangeira no território nacional, e com isso ocorreu uma tentativa de controlar o movimento de fugas de escravos que se estabeleceu em grandes proporções que estavam ocorrendo na Província do Grão-Pará.

Para conter esse movimento de fuga, o governo do Grão-Pará cria auxílios aos militares para apreensão desses escravos, como também aos desertores, por muitas vezes ocorriam grande desordem e roubos, cometidos por esses fugitivos.

Com isso alguns proprietários de terras que viviam ao redor de Macapá abandonaram suas propriedades com medo do que poderia acontecer por falta de segurança naquela região.

(QUEIROZ; GOMES, 2002).

Com a invasão e ocupação de Caiena em 1809, por tropas enviadas pela coroa portuguesa, tentou-se controlar os temores da invasão estrangeira e insurreição escrava. Caiena acabou restituída em 1817, mas a movimentação de fugas e a formação de mocambos ao longo das aéreas fronteiriças permaneceram. Já em 1812, a Junta Provisória, que então governava o Grão-Pará, providenciava os auxílios militares necessários para apreensão de escravos fugidos e desertores. O problema parecia se agravar. (QUEIROZ; GOMES, 2002, p. 36).

O interesse naquela região pelos franceses já ocorria há muito tempo e encontrou justificativa para colocar militares naquela fronteira, mas, o governo Imperial do Brasil não queria a perda daquele território para o governo Francês. Por falta de uma estrutura militar adequada era praticamente inviável as forças armadas nacionais defender aquela localidade, por conta das várias rebeliões que o Império brasileiro naquele momento enfrentando a revolução cabana que ocorria na província paraense.

Um grande conflito de interesses dos franceses em 1836, que desejavam uma nova demarcação do território, no entanto, cria-se uma rivalidade entre os dois Impérios por conta dos seus interesses. (REIS, 1949).

O governo inglês teve uma grande participação na intervenção diplomática, para a implantação de uma colônia militar que ajudaria na proteção dessa fronteira.

É importante observar que após a desocupação militar francesa, ocorre um acordo de neutralização daquele território entre o Oiapoque e o Amapá, que seria uma área neutra, ou seja, a chamada área do “*Contestado*”, que levaria algumas décadas para ser denominada nesta área nacional.

Houve grande necessidade de fortificar as fronteiras e proteger contra os interesses franceses, que ocorreu no período do segundo Reinado de Dom Pedro II, onde estabeleceu a nova política do Império brasileiro depois do chamado “*golpe da maioria*”. (RIO BRANCO, 2008).

Neste contexto se nota uma grande pressão por parte dos franceses na construção de fortificações que pudesse garantir a fronteira. Em 7 de outubro de 1836, Du Campe Rosamel, que na época ocupava o cargo de Ministro da Marinha e das Colônias, deu a resposta sobre os projetos que o governo de Caiena estava querendo determinar seus interesses na região do Oiapoque.

Queriam estabelecer além da fronteira, umas das explicações que buscavam aquelas áreas eram adequadas para pecuária e a necessidade de impedir a chegada da cabanagem na região que pertencia aos franceses, considerava o movimento cabano como uma grande desordem.

No Relatório do Ministério das Relações Exteriores do Brasil do ano de 1835, encontramos a primeira referência sobre a decisão do governo francês de ocupar a região ao sul do rio Oiapoque. Consta que o governo brasileiro pediu explicações sobre o despacho que Ministro da Marinha francesa enviou para a Guiana ordenando o estabelecimento provisório de um posto militar à margem direita do Oiapoque. (BENDOCCHI, 2015).

Segundo André Machado, o Grão-Pará busca a luz da construção política e econômica, em relação à hierarquia que o Pará tem com o Rio de Janeiro. Causando dúvidas com o alinhamento oficial do Império, com as diversidades de interesses e principalmente econômico. Imaginava que pela organização espacial, o Brasil vislumbrava a possibilidade de ruptura territorial, por outro lado, as províncias não estavam totalmente isoladas, a ideia de unidade do território brasileiro persiste na perspectiva de reconstruir as fronteiras provinciais como molde.

Dessa forma procuravam isolar as disputas políticas que estavam acontecendo em algumas províncias, e com esse isolamento foi umas das formas que o Império brasileiro utilizou para consolidar seu território.

(...) No caso específico do Brasil, sabe-se que os contemporâneos tinham dúvidas sobre a capacidade do Rio de Janeiro em incorporar todos os territórios coloniais portugueses na América, ao mesmo tempo em que a anexação de partes da África era livremente debatida na imprensa ao longo do início da década de 1820. A própria situação dos deputados americanos nas cortes de Lisboa deixou explícito como os

interesses provinciais eram muitos mais nítidos do que uma ideia de Brasil. Aliás, mesmo na constituinte de 1823, deputados defendiam abertamente que, antes da ruptura com Lisboa, a palavra Brasil apenas indicava um lugar geográfico, sem qualquer sentido de unidade política. (MACHADO, 2015, pp. 02-03).

Com o crescimento da revolução cabana no Grão-Pará que já alcançava a fronteira franco-brasileira, obrigou que Caiena estabelecesse forças militares para proteger seu território em uma área que pertencia ao Brasil ao lado do Amapá.

Por conta dos interesses que os franceses tinham naquela região, depois de muitas tentativas diplomáticas entre os dois países, os franceses saíram do lado do Amapá e se estabeleceram num Forte *Malouet* que tinham construídos em 1838, situado ao lado direito de Oiapoque, os franceses retiraram sua força armada a partir de 1840, depois de um pequeno período os dois resolveram neutralizar aquela região criando uma área denominada área de Contestado. (BENDOCCHI, 2015).

No ano de 1835/1836, o governo de Caiena, com o pretexto de proteger sua colônia dos revoltosos cabanos, resolveu estabelecer uma força militar francesa no lago do Amapá, território que, conforme o Tratado de Utrecht (1713), pertencia ao Brasil. Após cinco anos de tentativa de entendimento diplomático entre os dois impérios, os franceses aceitaram, em 1840, retirar-se do lago do Amapá mas mantiveram uma guarnição, ainda em território considerado brasileiro, à margem direita do Oiapoque, onde haviam construído, em 1838, o Posto Inferior, denominado Forte Malouet a partir de 1840. (BENDOCCHI, 2015).

Duarte da Ponte Ribeiro, relata o grande interesse dos franceses que tinham naquela região que pertencia ao Brasil. O rio Amazonas era de grande interesse para aumentar sua colônia, e a cabanagem acabou sendo um motivo encontrado por eles para colocar suas forças armadas em território brasileiro, onde podemos constatar uma grande relevância naquela região.

Pois o movimento cabano era considerado uma revolução anarquista, dessa forma, o governo de Caiena com o pretexto de fortificar suas fronteiras para que a sua população não tivesse nenhum tipo de contato com essa “ideologia” que estava ocorrendo no Grão-Pará.

Essa foi uma das formas que eles encontraram de controlar aquela região. (RIBEIRO, 1942).

Relendo a documentação oficial da época e alguns relatos de viajantes, notamos que, além da Cabanagem a partir de janeiro de 1835 no Grão-Pará, houve outros fatores fronteiriços que certamente contribuíram para a decisão francesa de estabelecer postos militares no território considerado brasileiro, isto é, entre o rio Oiapoque e o

Amazonas. Entendemos as várias tentativas frustradas de negociação dos negros *Bonis*, provenientes da Guiana Holandesa, entre 1836 e 1841, com o governo de Caiena para se instalarem no rio Camopi, afluente do Oiapoque, como uma das causas que levou os governadores de Caiena a tomarem providências para, como dizia o governador Laurens de Choisy, proteger os moradores<sup>1</sup> da Guiana e impedir a proliferação de ideias de liberdade e revolta entre os escravos “franceses”. (BENDOCCHI, 2015).

Os estudos do Barão do Rio Branco, sobre a fronteira franco-brasileira é de fundamental importância para conhecermos aquela região.

O que aquela localidade não tinha um aparato militar adequado para suprir as necessidades da defesa do território nacional, no período em que os militares franceses entraram na região.

Praticamente não ocorreu nenhum conflito que pudesse impedir o avanço dos franceses no território nacional, demonstrando a fragilidade da fronteira franco-brasileira. Com o movimento da cabanagem essa região praticamente fica propícia para tomada dos militares franceses, que tinham grandes interesses no rio Amazonas. (RIO BRANCO, 2008).

Ocupação militar do território entre o Oiapoque e o Amapá pequeno pela França em 1836/ Evacuação desse território em 1840 [...] na margem esquerda do Araguari, no Aporema e no lago Amapá, vários brasileiros já estavam estabelecidos por ocasião das expedições francesas de 1836. Do Amapá ao Oiapoque viam-se nessa ocasião apenas algumas aldeias indígenas, o governo de Luís-Felipe, apesar de Ana de Viena e da conversão de 1817, estabeleceu no AMAPÁ um posto militar que foi evacuado em 10 de julho de 1840. (RIO BRANCO, 2008, p. 46).

A grande preocupação em defender a população francesa, segundo Ricci era a bandeira, a morte aos brancos e os europeus que moravam na região do Grão-Pará e mandaram para aquela localidade fronteira uma pequena guarnição de soldados com cerca de 460 (quatrocentos e sessenta) homens para proteger aquele território, principalmente contra os índios.

Essa preocupação que ocorria na fronteira vinha de informações que algumas etnias indígenas tinham executado parte da população branca da província do Grão-Pará, desse modo, ocorrera uma pressão para que se ocupasse aquele território, uns de seus interesses estavam ligados aos seus desejos econômicos. (BENDOCCHI, 2015).

Um desentendimento entre o capitão do corpo de engenheiros Ronmy e o ministro Choisy se insurgia naquele momento, pois, tinham visões diferentes de onde deveria ser a ocupação da área.

Ronmy admitia ser mais interessante a ocupação da região do Uaçá, que considerava uma área adequada para a pecuária. Já Choisy queria ocupar a região do rio Amapá, que era mais próximo do rio Amazonas e que seria um ponto estratégico fundamental para observação dos acontecimentos que estavam ocorrendo naquela região.

Os conflitos poderiam afetar a colônia francesa, e quem decidiria aonde seria o posto, era o governador de Caiena. Teria sido alertado para escolha de quem ficaria a frente desse posto, contudo seria uma pessoa de habilidade, para reter os brasileiros que queriam se refugiar em Caiena. (BENDOCCHI, 2015).

## **2. Capítulo: O Grão-Pará e o movimento Cabano**

A revolução cabana começou em 7 de janeiro de 1835, na Província do Grão-Pará. Esse movimento teve grande participação social e principalmente das camadas mais carentes, com grandes diversidades de pessoas envolvidas. O cenário desse conflito foi bastante amplo, chegando a várias regiões, pois sua ideologia gerou distúrbios, inclusive, na América caribenha.

A cabanagem foi reprimida de forma bruta, e uma parte de sua população foi dizimada, e a maioria das baixas foram os indígenas, mestiços, escravos africanos e parte da elite amazônica.

Algumas pesquisas apontam que faixa de 30 mil mortos foi a consequência desse movimento, apesar da brutalidade que o governo Imperial tratava essa chamada “insurreição popular” crescia o pensamento patriota paraense, esse sentimento de patriotismo levou essa população a lutar por seus ideais e a formação de uma identidade comum, apesar das diferenças. (RICCI, 2006).

Começam as páginas lutuosa da história paraense; entram em cena as classes intimas da sociedade rebelando-se contra o governo. Os acontecimentos que narramos deviam naturalmente produzir novos e mais funesto atentado contra a tranquilidade pública. São todos verdadeiros efeitos dos atos subversivos cometidos nos anos anteriores: como elos da mesma cadeia, todos se prendem uns aos outros, tendo sempre por origem a anarquia derramada no seio da população pelos próprios agentes da autoridade. (RAIOL, 1970, p. 411).

A revolução cabana teve apoio da classe popular e principalmente por índios, escravos, mestiços e pobres. Era um movimento de características popular em que esses conflitos não ficaram somente localizados em Belém, avançando para regiões mais afastadas que abrangeu as localidades do interior do Grão Pará.

Como se verificar pelos rios amazônicos, chegando ao Atlântico e as fronteiras do Brasil, esse movimento teve grande repercussão e chegou a algumas regiões do nordeste, criando distúrbios na América caribenha, por ter uma grande participação popular.

Tinham demandas em comum, principalmente o ódio ao branco e ao português, uma forma de lusofobia apesar das diferenças entre etnias que participaram desse conflito. (RICCI, 2006).

## **2.1 A cabanagem e as classes populares**

A cabanagem tem como argumento a luta de uma classe social, contra a política e o movimento imperialista, alguns autores discordam sobre a cabanagem como lutas de classes. E sim, um movimento armado que tinha grande participação das classes populares daquele período, se organizavam nesse movimento contra o estado, a região do Grão-Pará se tornou um inflame de conquista territorial, por isso, o resquício que ocorreu naquela região contra a forma política que se utilizava nessa província.

Esse movimento tem grande transformação no ideal de uma consciência de luta por igualdades sociais e um projeto político que buscava igualar a consciência da população paraense que em sua maioria lutavam por esse movimento onde estavam, negros, mestiços e índios. (RICCI, 2006).

Nos últimos anos, foram difundidas outras facetas da chamada “colonização” no Pará e na Amazônia cabana. O “tráfico das ideias”, notadamente o internacional, vindo pelas guianas e pelos andes, é um caminho que vem rendendo bons estudos, como os Décio Freitas e Vicente Salles. Para estes autores, a Amazônia brasileira estava permeada por ideias liberais, capitalista e escravista, mas também recebeu muitas mais rapidamente influencias socialista, com presenças constantes de exrevolucionários, geralmente degradados da Europa para a América Francesa, inglesa ou hispânica. (RICCI, 2006, p. 11).

Foram nomeados os novos presidentes da província, José Mariani e o comandante de armas Inácio Corrêa de Vasconcelos, que não tinham o apoio de todos e principalmente pelo Conego Batista Campos (LINHARES, 2000).



Que dizia que eles eram caramurus, denominados como pessoas da região, com essa pressão sobre a nova autoridade não demora a que haja mudanças na autoridade provincial, em dezembro toma posse da província Bernardo Lobo de Sousa e Joaquim da Silva Santiago, a política desse governo tomou medidas de repressão contra as facções mais agitadas, principalmente contra os chamados cabanos, outra forma de inibir era o recrutamento forçado, com isso, ocorre grande revolta na população daquela região.

## **2.2 Batista campos e sua influência na ideologia cabana**

O Conego Batista Campos teve grande influência por ser um sacerdote, instruía o povo ignorante contra algumas instituições como a maçonaria “declarou que não queria e nem lhe era possível ser maçom, como sacerdote que era da religião de cristo” (RAIOL, 1970), e sua influência agitava bastante aquela sociedade, isso não era bem visto por algumas entidades que era contra a sua influência em algumas partes da população.

Batista Campos propagava que os maçons tentavam estabelecer uma sociedade onde não haveria direito a terra e que aumentaria a escravatura naquela região; e um dos seus principais opositores era Machado de Oliveira, que ocupava uma posição de prestígio na maçonaria. Buscava aumentar o número de admitidos e geralmente eram donos de escravos, com isso tinham sua própria visão daquela sociedade.

Revolução se sustentava pela aclamação popular e tinha como bandeira a morte aos portugueses e aos maçons. Ao mesmo tempo, os cabanos sofriam pressões internacionais e maninham vínculos com o regime constitucional carioca, especialmente com o Imperador menino, Pedro II. Constatando com tudo isso, mantinham práticas que, muitas vezes, beiravam o velho absolutismo reinol. Contudo, este nó revolucionário tem mais uma amarrar. Ela se concentra nos traços biográficos de Felix Malcher e de seu grupo de atuação no Pará. (RICCI, 2006, p. 17).

Com resultado da eleição da junta provisória, ocorreu uma grande divergência de alguns patriotas paraenses e houve divisão de interesses de diferentes seguimentos, com a eleição do Coronel Giraldo José de Abreu. Ele recebeu uma petição que pediam a demissão de todos os funcionários portugueses e dos oficiais da mesma nacionalidade, porém, houve um pedido ao contrário, que continuassem em seus cargos e fossem esquecidos aos seus atos do passado, esses acontecimentos deixaram agitados os patriotas mais exaltados, que começaram a organizar um motim, nesse período era aniversário de Dom Pedro I, o governo provisório organizou bailes, celebrações e parada militar (CRUZ, 1963).

A câmara municipal ofereceu um baile dançante para os belenenses, mas tinha o outro lado em que a cidade estava em completa agitação em preparação para o motim que estava em vista de acontecer.

Encontrando resistência no trem de guerra, partiu uma coluna de soldados de infantaria sob o comandante do Alferes Francisco Pereira de Brito, em direção à casa do Conego Batista Campos, afim de conseguir que este, com a sua reconhecida influencia, mandasse abrir aos sediciosos as portas do deposito de armas. Saindo Batista Campos à rua, foi levado aos vivos para o palácio do governo, onde pouco depois estavam reunidos os demais membros da junta, com exceção do presidente Giraldo de Abreu. Atendendo à gravidade da situação resolveu ajuntar mandar abrir a porta do trem de guerra aos revoltosos, que se municiaram e armaram à farta. (CRUZ, 1963, p. 235).

Verificou-se o depoimento do 1º tenente Joaquim Manoel, sobre os acontecimentos ocorridos naquela província, que na sua visão relata sobre um grande acontecimento que no dia 07 de janeiro de 1835. Denotava-se de anarquismo na cidade de Belém, no seu relato ele informa que nas suas buscas encontrava-se somente Clemente Malcher, e que não havia sido possível prender todos os criminosos.

O presidente da província Lôbo de Sousa, recebeu denúncias sobre esse movimento que poderia ocorrer. Por acreditar que não havia nenhum tipo de revolta contra a província e não se preveniu contra esse acontecimento no dia 06 de janeiro. O presidente da província recebe algumas cartas anônimas sobre a revolta que estava por acontecer, porém, tinham conspiradores no governo que adiaram esse movimento. (RAIOL, 1970).

Às três horas e um quarto da madrugada do dia 07 teve, pois, começo espantosa e barbara revolução, que tanto sangue tem feito e que talvez ainda faça derramar, e que tantos males tem causado a esta desventurada província. O palácio, o arsenal de guerra e os quartéis de caçadores e artilharia e municipais foram cercados, e as praias se acolherem de gente armada, um grupo da qual invadiu a cadeia, soltou e armou os presos e número de oitenta e tantos. Então se ouviram em diferentes pontos da cidade vários tiros de mosquetaria e um continuado toque de rebelde; e á proporções que os cidadãos a ele acudiam, eram mortos, os outros presos e muitos armados metidos nas fileiras dos conspiradores. (RAIOL, 1970, p. 587).

No dia 06 de janeiro de 1835, acontecia à festa do dia de reis, famílias católicas e tradicionais de Belém. Era no período de outra grande festa que tinha influência sobre aquela região, a festa de são Tomé. Nesta festa ocorriam danças, consumo de bebidas alcóolicas, grande número de crimes, que em sua maioria ficavam impunes, nessas comemorações aconteciam festas que tinham grande participação da elite paraense.

A província estava agitada por conta de discórdias partidárias desde outubro do ano anterior. Seguidores de Malcher e de Batista Campos, se organizavam contra o governo da

província. O presidente da província Lôbo de Sousa agia de forma dura contra todos que eram contra seu governo, por confiar demais na capacidade de sua armada. Deixavam-se cegar por um falso prestígio, que foi um dos motivos de sua ruína. (CRUZ, 1963).

A polícia continuava as investigações. Nada encontra. Mas sabe que os conspiradores trabalham sem descanso. E que suas hortes aumenta dia a dia. Esse é o assunto predileto de todas as conversas. A preocupação estampada em todos os semblantes. A ameaça de guerra civil pairava sobre a província. O governo não podia ignorar a que extremos a luta arrastaria as duas facções partidárias. (CRUZ, 1963, p. 331).

Sem muita preocupação com os acontecimentos e os tumultos, o presidente da província Bernardo Lobo, vindo de um teatrinho na Mercês, segue para o palácio do governo, demonstrando pouca preocupação com os fatos que estavam acontecendo; trocou de roupa e saiu do palácio do governo e sumiu na escuridão ao encontro de Maria Amália. Enquanto Bernardo Lobo se divertia com as carícias de sua amante.

Os conspiradores agrupavam e se organizavam para o conflito contra as tropas do governo, a classe popular estava ansiosa para lutar contra as mazelas que esse governo empunhava contra essa população. Eram pessoas simples que moravam em cabanas e tinham como objetivo lutar contra essa repressão que estava ocorrendo e esperavam ansiosos pela hora do combate. (CRUZ, 1963).

### **2.3 A morte de Bernardo Lobo: eclodi a revolução Cabana**

A província do Grão-Pará passava por grandes turbulências no governo de Bernardo Lobo, o descontentamento era tão grande que as muitas conspirações não davam credibilidade para aquele governo.

A província tentava desestabilizar esses movimentos com forte repressão, mas já estava praticamente desencadeada essa revolta, e as figuras importantes dessa intolerância são Conego Batista Campos e Clemente Malcher. Essas ações da população se deram de forma bastante agressiva contra as figuras daquele governo que estavam à procura do presidente da província Bernardo Lobo.

Por conta da forma brutal que agia contra seus opositores, grande parte desses revoltosos vinham do interior, e quando pegaram o presidente da província não o reconheceram. Mas, João Miguel Aranha, um dos cabeças dessa revolta o reconheceu. Dessa forma o presidente da província perde a esperança de sobreviver. (CRUZ, 1963).

Lôbo de Sousa quis falar. Implorar, quem sabe, a clemência dos vencedores. Mas os cabanos estão furiosos. Investem. Vão prendê-lo. É quando Domingos Onça Sobraça o clavinote, faz a pontaria e aperta o gatilho. O presidente cai ferido. Todos acodem para assistir a agonia do déspota. Que trágico espetáculo! Que fim! (CRUZ, 1963, p. 334).

A notícia da morte do presidente da província se espalha e o movimento de revolta se eclode, agora estão atrás dos seguidores de Lobo de Sousa. Os revoltosos tinham praticamente conquistado a cidade de Belém faltando apenas o arsenal de guerra, que estava protegida por uma pequena guarnição, que se preparavam para resistir a essa revolta.

Às quatro horas da madrugada parte dos revoltosos se reuniram no lago das Mercês, a guarda que protegia o arsenal de guerra percebeu que estava cercada e houve diálogos para sua rendição. Informaram que todas as autoridades locais estavam mortas e garantiam suas vidas caso se rendessem ao movimento. (RAIOL, 1970).

Domingos Raiol afirma que a organização da revolução cabana ocorreu em anos anteriores a 1835, e a elite paraense teve grande influência na formação dessa ideologia cabana e os acontecimentos que levaram a essa revolução que por muitas vezes parecia infinita, com o apoio maciço da população daquela região. Felix Clemente Malcher, foi o primeiro presidente cabano, mas entre eles haviam grandes disputas de ideias que levaram os próprios líderes a conflitos ideológicos.

Os cabanos não viam com bons olhos os interesses de Malcher, que logo após sua posse demonstrava que não estavam adequados ao ideal cabano, e sim da chamada causas brasileiras. Com isso houve grande revolta da sociedade paraense. Naquele momento o atual governador da província queria que a luta terminasse; aquele movimento de luta não era consenso da maioria dos cabanos. (RICCI, 2006).

Com a tomada da cidade de Belém em 07 de janeiro de 1835, o primeiro governo cabano foi entregue a Clemente Malcher. Sua postura política era diferente do ideal cabano, ele declarava fidelidade ao futuro Imperador, por esse motivo não ficou por um grande período no poder, os líderes cabanos mais radicais como Eduardo Angelim e Lavor Papagaio, também estavam na oposição do seu próprio comandante de armas.

Francisco Vinagre, que foi demitido de sua função e ameaçado de prisão, organizou-se um movimento armado contra o governo de Malcher, depois de uma sangrenta batalha o

presidente da província morre em conflito. Dessa forma após um Conselho do governo entrega a presidência a Vinagre, que também se manteve no comando das armas.

(LINHARES, 2000).

Era dia 22 de fevereiro 1835. A atual cidade de Belém apresentava o sombrio aspecto das mais profundas consternação. O assassinato de Malcher, os tumultos anteriores da anarquia tinham quebrado o ânimo da parte mais sã da população. Assustados, todos receavam os desvãos dos facciosos. As casas permaneciam fechadas, e ninguém ousava sair dos seus domicílios. (RAIOL, 1970, p. 611).

A cidade de Belém estava em um clima tenebroso, havia medo entre a população em ser vítima de algum desacato, causado pela desordem que estavam acontecendo naquele momento. Ocorriam várias discussões sobre o sucesso desse movimento e muitos guardavam as armas que tinham recebido, apesar do pedido de devolução, demonstrando assim a pouca organização dos revoltosos.

O novo governo de Vinagre tenta manter a ordem pública, para acalmar os ânimos e agitação que a província estava passando e publica agradecimentos a população pelo apoio que o movimento teve. A forma patriota e as lutas que tiveram para que houvesse uma igualdade entre as pessoas que viviam naquela província. (RAIOL, 1970).

Paraense: -eu seria insensível aos estimulantes deveres gratidão sincera, se em tempo deixasse de agradecer-vos o desvelo, coragem e patriotismo com que sempre vos tendes distinguido, quando a pátria gemebunda, por entre aflitivos soluços, implora vosso socorro em favor não só da sua salvação como também da de seus perseguidos filhos, vossos compatriotas. (RAIOL, 1970, p. 612).

Para manter a ordem, falavam-se bastante do período de perseguição dos governos anteriores, colocando o movimento cabano como a grande salvação dos patriotas paraense, que por muitas vezes foram massacrados nas prisões. É uma lembrança que deixavam um resquício de temor, era o brigue palhaço de 1823, que representava a crueldade em que o Império tinha com seus perseguidos, não era somente na capital que ocorria o temor do novo governo cabano.

Localizada no interior aonde chegava às notícias da morte de Malcher, deixando assim dúvidas do que poderia acontecer com essa nova organização política, na localidade de Acará, Bujaru e em outras povoações, começaram a se reunir e se organizar para prováveis ataques que se imaginavam no futuro próximo.

Vinagre ficou sabendo desse movimento, e para acalmar a população tomou medidas que desarmaria os cidadãos, garantindo o direito à propriedade e a segurança individual.

(RAIOL, 1970).

#### **2.4 A organização da ordem social, cabanos deixam Belém**

Notícias da conquista de Belém chegam até a província do Maranhão através de pessoas que fugiam do conflito. Essas informações também percorriam por meio de cartas, jornais e davam conta de que os revoltosos negavam obediência ao governo Imperial, mas esses laços foram retomados com governo através de Vinagre.

Em sua submissão as autoridades e o império resolveram enviar apoio de forças militares para que se mantivesse a ordem. Uma fragata denominada de Imperatriz, saindo do porto de São Luís com destino a Belém era comandada pelo capitão-tenente Rodrigo Teodoro de Freitas.

Para que fosse uma operação que tivesse maior facilidade foi escolhido o capitão-tenente Pedro Cunha, paraense, cuja missão era informar sobre o estado da capital, manter a tranquilidade pública (RAIOL, 1970).

São vários os informes que o capitão-tenente Pedro da Cunha tem que estabelecer naquela província; era uma forma de se manter a ordem provincial e estabelecer a lei do Império brasileiro.

Vinagre sabendo dessa ofensiva das forças legalistas do Império, procurou se reunir no dia 27 de fevereiro com outros líderes cabanos para evitar qualquer tipo de hostilidade, mas que estivessem preparados para resistir contra do tipo de agressão contra cidade de Belém.

Não havia confiança nos navios que estavam no porto de Belém, caso ocorresse conflitos com a chegada da fragata que vinha do Maranhão; e que desembarcaram oficiais, e deram ordens para que houvesse desarmamentos das corvetas trocando todos os comandantes. Os oficiais dos navios estacionados suspeitaram de uma trama e se reuniram num conselho contrário a essas medidas que foram impostas, informando ao inspetor do arsenal da marinha capitão-de-mar-e-guerra Guilherme Cipriano Ribeiro, que muitos julgavam ser cúmplice de Vinagre. (RAIOL, 1970).

Não posso deixar de perguntar a Vossa Excelência se veio estacionar nesta província com aquela força por ordem da regência em nome do nosso imperador o senhor Dom Pedro II a quem os paraenses amam, repetiam e obedecem, por quanto inteiramente desconheço semelhante ordem, salvo se ficaram entre outras peças officias do governo central dirigidas ao governo do Pará e que arbitrariamente foram com as cédulas ou moedas-papel usurpadas pelo governo do Maranhão, urge assim para meu governo e libertação de vossa senhoria satisfaça a minha pergunta da qual só depende o sossego que parece se vai alterando na capital. (RAIOL, 1970, p. 635).

Em fevereiro de 1835, assume o governo de Belém Francisco Vinagre. É importante ressaltar que ele estava à espera das leis do Império e ordens de Dom Pedro II. Na metade do ano Vinagre deixa o governo, com a chegada do emissário carioca Marechal Manoel Jorge Rodrigues, como regia a Constituição Imperial foi feita uma eleição para escolher quem governaria como novo presidente da província.

Vinagre apoiava o padre Jerônimo Pimentel, mas, por uma margem ínfima de votos, acabou sendo eleito Ângelo Custódio; cria-se um impasse assim por conta de Custódio ter sua sede eleitoral em Cametá, apesar da grande agitação por partes dos cabanos em Belém, Vinagre mantém sua palavra e evacua a cidade de Belém. (RICCI, 2006).

Tenho presente o seu officio de hoje, ao qual devendo responder, direi que esta província goza de pleno sossego e ordem, tendo a lei o seu império devido cumprimento; em sequência pois disso em nome dos paraense agradeço á Vossa Excelência toda coadjuvação da força naval sobre seu comando, que se destina a pacificar os ânimos, fazer viver o império da lei respeitar em toda sua plenitude dos direitos individuais. (RAIOL, 1970, p. 635).

Francisco Vinagre quando assume o poder tem algumas características semelhantes ao seu antecessor; jurava fidelidade ao imperador; dizia que deixaria o cargo se caso o governo central mandasse outra pessoa para assumir a regência, e isso ocorreu, por meio de muita turbulência na capital e no interior da região.

Manoel Jorge Rodrigues foi nomeado o novo presidente da regência, mas os cabanos continuaram com suas lutas pelo interior da região. Comandados por Antônio Vinagre, atacaram a cidade de Vigia e muitas propriedades privadas. Em agosto retomaram a capital, (LINHARES, 2000), fazendo assim o governo província se refugiou na ilha de Tatuoca, onde se organizou um governo paralelo.

A euforia dos primeiros dias de vitória não durou muito. Se os vencidos emigravam ou se escondiam para escapar às perseguições, aos ajustes de contas, do lado dos que estavam agora satisfazendo seus melhores sonhos de poder, as coisas também não

corriam muito satisfatórias. O tesouro provincial estava exausto. Os apetites para vingança, sem conta; as possibilidades para satisfazer a todos que haviam participado da jornada sangrenta tinham limites. (REIS, 1969).

A cidade de Belém foi evacuada, apesar da forte tensão que ainda ocorria, as tropas cabanas saíram conforme a palavra que Francisco Vinagre. Dessa forma parecia que o conflito havia terminado, em agosto de 1835.

A cidade foi tomada novamente, ordem que foi dada pelo Marechal Rodrigues, que determinava a prisão de Francisco Vinagre, com isso organizou-se tropas para invadir Belém novamente. Esse movimento era liderado por Antônio Vinagre que na luta pela tomada da capital morre em combate e no seu lugar assume Eduardo Angelim.

Essas trocas de lideranças no governo cabano demonstra a fragilidade da organização desse movimento. A população do Grão-Pará era em sua maioria analfabeta, com isso, Angelim enviava emissários para avisar e aliciar as pessoas dos povoados. (RICCI, 2006).

## **2.5 A criação do herói cabano, lutas continuam pelo interior do Grão-Pará**

Com a morte de Vinagre, criou-se a figura de um herói que lutava sem medo pelo ideal da cabanagem. A perda desse líder foi o estopim para os revoltosos continuarem sua luta. Com a morte de Antônio Vinagre quem assume é Eduardo Angelim.

Em seu discurso de posse ele exalta a figura de Vinagre, dessa forma demonstra a importância do movimento cabano.

Características que começam a aparecer nos revoltosos, cada vez mais aceitam a subordinação; pode-se identificar esse fator na tomada de Belém pela segunda vez. A situação era pior no interior da Amazônia, por muitas vezes Angelim enviara embaixadores do movimento para aliciar donos de terras. Segundo Domingos Raiol a maioria dessas pessoas eram semialfabetizados e grande parte analfabetos (RAIOL, 1970), dessa forma cria-se condições que ajudam no aliciamento por falta de conhecimento e de informações das camadas populares.

Eu acabo de ser aclamado por nossos companheiros d'armas chefe de todas as forças. Juro por Deus vencer ou morrer! Vingamos a morte do bravo guerreiro que foi nosso digno chefe, e a de muitos de nossos valentes companheiros que já dormem o sono da eternidade! E no campo de batalha, ao troar do canhão, ao estampido da fuzilaria, entre os mortos e gemidos, no meio da confusão de alaridos e gritos de vingança, que eu a pressa escrevo estas linhas para fazer ciente a todas as colunas que estou à sua frente



de espada em punho! Os covardes que tremam do nosso valor! Meus caros patrícios: por amor a liberdade, por amor as nossas esposas e filhos, vingamos o ultraje feito à nossa adorada pátria, e pelo sangue inocente que será derramado, sejam eles, déspotas e traidores, os responsáveis perante a divindade. (RICCI, 2006, p. 23).

Após a morte de Antônio Vinagre, o movimento cabano foi liderado por Eduardo Angelim. Os cabanos mais revoltosos disseminaram terror pelo interior e parte da capital.

Portanto, foram dominando toda a província e declarando independência em 1836. Esse movimento estava completamente desorganizado, ocorrendo divisões no interior do próprio movimento rebelde. Em abril de 1836, chega ao Pará uma poderosa esquadra que trazia o novo presidente da província, O Almirante Soares D'Andrea, por causa da desorganização do movimento (LINHARES, 2000).

Angelim não tinha mais como resistir a essa ofensiva do Império, então, decide abandonar a capital, e o movimento continuou principalmente pelo interior. Andrea querendo acabar com o movimento cabano liderou uma cruel ofensiva contra os rebeldes, mandava fuzilar qualquer simpatizante desse movimento; sua tática era disseminar o terror na população cabana. (LINHARES, 2000).

Moreira Neto sugere que a cabanagem teria sido um momento de emergência da massa de tapuios e outros mestiços, social e etnicamente degradados, que estariam buscando escapar dos duros moldes da sociedade colonial através de uma rebelião armada que possuía um profundo e revolucionário conteúdo da mudança social. (FULLER, 2008).

Depois de algum tempo do governo de Angelim, a igreja católica assumi seu papel no movimento, criando uma pastoral para levar o ideal a todos os locais possíveis de Belém. A forma como levaram os ideais cabanos se assemelhava a “catequese”, assim, procuravam colocar o estado de opressão que o movimento combatia.

Criando uma visão em que os cabanos eram como guerreiros divinos, que os protegiam, mas podemos observar outras partes da igreja que não era favorável a essa ideologia. Os sacerdotes mais antigos pregavam a bíblia de modo de convencer, a fuga dos cabanos e terminar o movimento aceitando a proposta de armistício do governo central, mas, naquela altura muitos cabanos já haviam deixado a cidade de Belém, levando o caos por onde passavam. (RICCI, 2006).

(...) No meio desse caos, chegou à varíola, que matou muitos cabanos, inclusive o Comandante de Armas de Angelim. A situação tornou-se insustentável quando alguns cabanos mais exaltados souberam que era o próprio bispo e seus vigários, sob os olhos de Angelim, que estavam promovendo as fugas de vários comerciantes e antigos moradores legalistas (...). (RICCI, 2006, p. 24.).

Os conflitos que estavam acontecendo na cabanagem atingiram alguns setores da economia e os meios de produção, e boa parte da população masculina estava envolvida nos conflitos; faltou mão de obra nas fazendas, nos engenhos e roças. Dessa forma, atingindo periodicamente a organização social dessas localidades.

Esses conflitos culminaram no elevado número de vítimas, em forma de repressão que o governo do Império brasileiro tomava contra os revoltosos. A população paraense teve um enorme declínio de habitantes, muitos desses revoltosos fugiram para lugares mais distantes tentando fugir desses conflitos e da repressão que acontecia. (FERREIRA, 2013).

Para controlar o movimento dessa revolta que estava ocorrendo no Grão-Pará, foi criado os corpos de trabalho. Era uma política que buscava controlar a população, uma espécie de controle social, era um discurso de necessidade de manutenção da ordem.

Agindo com repressão, colocando o chamado progresso moral, logo o estado demonstrava todo o seu controle sobre parte da população rebelde local (FULLER, 2008).

Sim Exm.Snr., foi V. Exa. que ajuntando os infelizes emigrados, dispersas e fugitivos desde cidade do Maranhão até as praias Tatuóca, entrou triunfante e victorioso nesta capital no sempre memorável dia 13 de Maio de 1838 [sic], e decepando a altiva cabeça da Anarchia, arvorou o Estandarte de legalidade sobre os Fortes deste cidade, fez desaparecer os rebelde, restituiu a ordem e sossego Público, e distribuindo mediadas acertadas e enérgicas pelo centro da província, tem conseguido a paz e tranquilidade em toda ella". (FULLER, 2008, p. 94).

O corpo de trabalhadores é criado no período do movimento cabano, colocando problemas na questão do trabalho. O número de mortes que ocorreram em decorrência de doenças que as epidemias traziam e o conflito insufla ainda mais o número de mortes.

## **2.6 Impactos na economia, discurso da manutenção da ordem**

A cabanagem trouxe problemas para produção de alimentos, em muitos casos tiveram que comprar farinha da região nordeste, tal era a carência de gêneros alimentícios.

Esses fatores demonstram como esse conflito acabou atingido vários setores da sociedade paraense. Os pequenos sítios tinham grande importância para a produção e economia. Podemos citar a índia Josefa, que perdeu suas terras por ser mulher e indígena, portanto, muitos trabalhadores foram desapropriados de suas terras. Isso tudo demonstra a opressão e a cobiça de elementos que levaram a uma violência discriminatória a certa parte da população. (FERREIRA, 20013).

(...) a unidade produtiva apresentava uma grande rentabilidade significativa, e quiçá, por isso, cobiça pelo comandante militar do corpo de trabalhadores da vila de Oeiras. Presa, foi remetida a ferro para cidade, condição atribuída aos criminosos de alta periculosidade, bem como os filhos; todos conduzidos para Belém como se fossem escravos. A produção advinda do sítio de dona Josefa era devidamente dividida para o atendimento das necessidades dos moradores e outra parte destinada à circulação no mercado, da cidade de Belém, conforme o registrado no abaixoassinado dos moradores da vila de Oeiras enviados ao presidente, citado anteriormente. (FERREIRA, 2013, p. 4).

Instalou-se uma grande insegurança entre a camada proprietária e a diminuição da mão de obra, que ocorreu por falta de recursos materiais e essenciais para a economia.

No entanto, acontece o temor de alguns proprietários de perderem suas terras, mas também havia um grande interesse nos meios de transporte da época, como embarcações e cavalos.

Segundo Eliana Ferreira, confiscou-se animais nas fazendas de Chaves e Muaná, mas, há relatos de que fazendeiros de algumas regiões doaram gratuitamente algumas montarias, como podemos citar a fazenda da N. do Arary, muitos fazendeiros do Marajó eram à favor da ordem imperial, e assim, alguns patrocinavam a chamada “ordem”, com objetivo de manter suas posses. (FERREIRA. 20013).

Ao engajamento dessas fazendeiras/os do Marajó, subjaz o posicionamento de classe, uma vez que na região havia uma grande concentração de propriedades/fazendas especializadas na criação de gado cavalariço, vacum e bubalinos, revelando significativo lastro de riqueza. Assim, ao disponibilizarem os recursos materiais e financeiros em favor da ordem imperial, eles estavam defendendo seus bens e propriedades (moveis, imóveis e semoventes) do perigo de um “tempo cabanal”, onde o afrouxamento das relações sociais e o direito à propriedade foram questionados. Fornecer meios e recurso às tropas legais eram defender os seus interesses políticos e suas bases materiais. (FERREIRA, 2013, p. 9).

Há um forte discurso de manutenção da ordem, era uma forma de manter o controle sobre a população mais exaltada que ocorriam nos encontros dos letrados e das elites. Em que

discutiam sobre o movimento e tinham ideias sobre a nacionalidade brasileira e a restauração da pátria paraense, era uma forma de agradecimento ao Marechal D'Andrea.

Somente com a civilização se alcançaria grandes progressos e principalmente com a ocupação, ordenação da mão de obra livre dos pobres. Isso traria novos hábitos voltado para o conceito do trabalho e desenvolvimento. (FULLER, 2008).

Essa civilização deveria ser garantida, portanto, pela manutenção de uma ordem política-administrativa, bem como pelo desenvolvimento de mecanismo de controle e disciplina da população cativa, e da livre pobre. Esses mecanismos podem ser apreendidos através da legislação ou criação de instrumentos para coação dessa população a algum tipo de ocupação regular (civil, policial ou militar): os recrutamentos para as tropas, para a polícia ou para realização de trabalhos constituíam formas de punição da ociosidade. (FULLER, 2008, p. 97).

Segundo Domingos Raiol, D'Andrea criou várias ideias de recrutamento de vários indivíduos da massa popular, era uma forma de combater o crescimento dos rebeldes cabanos e aumentar as guardas policiais, dava-se ocupação aos ociosos e grupos turbulentos.

Essa política de recrutamento combatia indiretamente a anarquia que estava acontecendo na Província, com a qual, D'Andrea conseguia dizimar os cabanos e reconstruir a Província que se via em caos em suas estruturas devido os vários conflitos que ocorreram. Portanto, identifica-se a cabanagem como um processo de cunho popular, reprimida pelas classes dominantes. Nesse contexto verifica-se um mecanismo de dominação racial (FULLER, 2008), de leis que eram bem claras sobre o recrutamento de certos indivíduos, como negros, índios e mestiços.

Ah! Contentai-vos com a sua fugida precipitada que, sendo para eles (tropas legalistas e o general Andréa) é decorosa, realça e dá novo esplendor à vossa intrépida coragem e valentia. Compadecei-vos enfim do lamentável estado em que se acha o vosso pastor, e que agora vos pede pelas entranhas de Jesus Cristo. Que todo o vosso valor se empregue em prover e sustentar a felicidade da nossa capital, porque Deus assim o manda e eu o espero. (RICCI. 2006. p. 24).

A relação de dominação estava bem evidente, na forma compulsória como era tratada a população e principalmente as classes menos abastardas, bem como aqueles que não faziam parte de um pequeno grupo social, de dominação branca. Ocorreria uma sistematização do trabalho que era considerado “livre” na Província do Grão-Pará, e essa forma de controle fez com que vários conflitos fossem deflagrados, por não aceitarem esse ordenamento.

Tais critérios que compreendiam uma forma determinada da implantação de trabalho dos não brancos, o comandante do corpo de trabalho Faro, faz um relato ao comandante do baixo Amazonas, falado sobre as dificuldades de conseguir indivíduos para esses trabalhos, onde preferiam se manter na ilegalidade do que prestar serviços públicos. (FULLER, 2008).

De acordo com a lei, seriam recrutados os homens de cor, “índios, mestiços ou pretos” livres ou libertos, que não tivessem ocupação definida. Considerando que não foram apenas indivíduos não-brancos que participaram da cabanagem, este balizamento racial presente na lei sugere que não está diante apenas de uma tentativa de prevenção ou repressão de movimentos rebeldes, mas também de uma delimitação e conceituação do mundo da desordem. (FULLER, 2008, p. 104).

Como assinalado a cabanagem foi um movimento onde as classes populares conseguiram por um período tomar o poder por algum tempo.

Esse movimento foi o mais popular no período do Império, e por falta de um programa de governo que definisse seus objetivos centrais, o movimento foi declinando aos poucos. O grande ressentimento instalado na população paraense, era principalmente contra os portugueses, fazendo com que houvesse uma espécie de luso fobia (LINHARES, 2000) mas, esse ódio não era somente contra os lusitanos, se manifestava também contra maçons, estrangeiros e o Império, que centralizava o poder.

A cabanagem foi o mais notável movimento popular ocorrido durante o Império. Foi o único em que as camadas de baixa condição social (índios, caboclos e negros) conseguiram ocupar o governo de toda uma província durante um período de tempo relativamente extenso (nove meses). Todavia os cabanos não possuíam qualquer programa de governo que definisse seus objetivos, e nem apresentaram um conjunto sistemático de exigências. Em suas proclamações, transparece apenas o ódio a portugueses, estrangeiros, e maçons, e a defesa da liberdade, da religião católica, do Pará e de Pedro II. (LINHARES, 2000, p. 231).

A cabanagem foi um importante movimento na Amazônia, tinha um significado próprio, lideranças surgiram e sujeitos lutaram na defesa dos seus ideais e valores.

Essa conquista não foi somente em Belém, mas também pelos rios e igarapés da região Amazônica, esse movimento da luta armada cresceu bastante no interior da província, por moradores da região usando a natureza a seu favor.

Nos anos de 1836 e 1837, revolucionários chegaram até cidades como Santarém, Manaus e toda região. Alcançou também a fronteira do estado do Amapá. Esse movimento tinha

perspectiva tão vasta que iria em direção ao Maranhão e Piauí, apoiados por grande parte da população de índios e quilombolas, construindo assim seu próprio mecanismo de reprodução social (RICCI, 2006).

Neste capítulo, a revolução cabana sai da cidade de Belém e começa ser mais forte pelos interiores e paragens da província.

É importante assinalar os impactos que esse movimento causou na costa setentrional. Muitos cabanos migraram para regiões mais distantes desses conflitos.

Sendo destacada a fuga para fronteira franco-brasileira, aonde observamos os interesses dos franceses naquela região, de tal maneira que por muitas vezes destacaram tropas militares para região, com o pretexto de que não queriam que a desordem provocada pela revolução cabana chegasse até a cidade de Caiena. Dessa forma, procuramos compreender a importância que essa fronteira teria para soberania nacional, e a perspectiva que os franceses teriam sobre esse território que eles historicamente cobiçavam.

### **3. Capítulo: A política de controle, fugas e formação de uma nova sociedade na fronteira franco-brasileira.**

A região da fronteira Franco-brasileira, era uma área que causava preocupação do governo do Grão-Pará. Devido aos números de escravos que fugiam para aquela região, as autoridades paraenses souberam que a Guiana Francesa era um porto seguro para os escravos e outros que fugiram para aquele território.

Criaram-se formas de punição para diminuir esses grandes números de fugas que estavam em curso, mas essa política de punição não estava adiantando, pois, o presidente da província, apoiava a ocupação da região do Amapá, e essa ocupação se deu de uma forma compulsória, era uma forma de dar fim a esse grande número de fugas que ocorriam naquela província. (QUEIROZ; GOMES, 2002).

Em meados do século XIX, o problema das fugas dos escravos do Amapá para Guiana francesa voltou a preocupar autoridades e fazendeiros. Em ofícios reservados, autoridades do Grão-Pará e aqueles do Império, na corte, trocavam informações e traçavam planos e estratégias para minorar tal situação. Então frisou uma autoridade paraense: notando que logo que os escravos da Província do Pará souberam que a Guiana francesa é um asilo seguro para sua liberdade. (QUEIROZ; GOMES, 2002, p. 39).

É importante observamos que a região da fronteira franco-brasileira era uma rota de fuga que já se utilizava há bastante tempo. Pode-se ver que no período de ocupação de Caiena, muitos escravos e soldados desertores refugiavam-se para aquela região em busca de conquistar sua liberdade. A grande movimentação que se estabelecia na fronteira fez com que ocorressem alianças entre algumas etnias indígenas, colonos e desertores.

A política de controle da ordem, atingiu grande parte da população denominada ociosa, com isso, ocorreram recrutamentos compulsórios desses indivíduos. Podemos observar a maneira como eles utilizavam através da criação do corpo de trabalhadores, essas pessoas que se negavam a trabalhar recebiam punições e invariavelmente eram presas, a opressão que era utilizada pelo governo provincial atingia algumas etnias indígenas.

Moreira Neto ao analisar a dizimação da população indígena que vinha ocorrendo na Amazônia, e Vicente Sales o aspecto da repressão, identificou os fatores que favoreciam a fuga da população para lugares distantes dessa política de opressão em que estava acontecendo na província do Grão-Pará por conta do movimento cabano.

Assim como Moreira Neto se preocupa em analisar os processos de controle e dizimação da população indígena na Amazônia, Vicente Salles se volta para a discussão dos instrumentos de disciplina e repressão desenvolvidos contra a população negra, livre ou cativa, enfatizando a importância dos corpos de trabalhadores para esses propósitos, nos anos que seguiram a cabanagem. (FULLER, 2008, p. 97).

Essa repressão que estava acontecendo dos movimentos rebeldes, estabeleceu critérios raciais, tanto étnico quanto cultural, em que identificamos fatores que levaram a repressão da população não-branca. Com isso podemos observar que a região não era favorável para algumas etnias que ali residiam, portanto, surge característica favoráveis a fuga de alguns indivíduos para aquele território. (FULLER, 2008).

(...) milhares de negros, que fugiram aos maus-tratos dos senhores, aquilombavam-se nas matas, de onde saíam para surtidas rápidas e violentas sobre as propriedades agrárias (...). Havia, portanto, uma área da sociedade que sofria os rigores impostos pela condição de cor, de origem (...). As guerras e as guerrilhas de que haviam participado serviram-lhes de grande escola para um ato de desespero ou para um ajuste de contas, “dos que não tinham contra os que tinham”, como Handelman constataram para a Cabanagem. (REIS, 1969).

### 3.1 Impactos da cabanagem na fronteira franco-brasileira

Aqui abordaremos a influência da cabanagem no que tange as fugas dos insurretos para a fronteira franco-brasileira, devido aos conflitos sangrentos que estavam ocorrendo no Grão-Pará.

Com isso podemos identificar a etnia Karipuna, localizados na região do Oiapoque, ao norte do Amapá, vindo do baixo Amazonas de Bragança e Abaetetuba. Seu tronco linguístico era o tupi, provavelmente eram os “Tapuios” (tapuios, designação extensivas aos índios que habitavam os sertões do Brasil) que falavam *nheengatu*.

De forma complementar, Tassinari considera o seguinte sobre os Karipuna do Amapá: “A genealogia das famílias Karipuna nos remetem a indivíduos de procedências diversas (...). A presença dessas famílias no Curipi remonta a mais de 120 anos, segundo análise das genealogias...” (BRITO, 2013, p. 3).

Esse processo de formação dessa etnia é considerado a mistura de remanescentes de várias populações indígenas e não indígenas, que chegou pela foz do rio Amazonas juntamente com outros brasileiros que fugiam dessa conflagração.

Ao analisar em nossa pesquisa, nessa época ocorria grande mortandade, sobretudo de mestiços, pobres, índios e escravos, dizimando grande parte das elites amazônica, com isso a formação de identidade e o grande movimento nas fronteiras. (RICCI, 2006).

Este movimento matou mestiços, índios e africanos pobres ou escravos, mas também dizimou boa parte da elite da Amazônia. O principal alvo dos cabanos eram os brancos, especialmente os portugueses mais abastados. A grandiosidade desta revolução extrapola o número e a diversidade das pessoas envolvidas. Ela também abarcou um território muito amplo. Nascida em Belém do Pará, a revolução cabana avançou pelos rios amazônicos e pelo mar Atlântico atingido os quatro cantos de uma ampla região. Chegou até as fronteiras do Brasil central, mas também se aproximou do litoral norte e nordeste. Gerou distúrbios internacionais na América caribenha, intensificando um importante tráfico de ideais e de pessoas. (RICCI, 2006, p.77).

Os interesses dos franceses naquela região, se traduziram em grande repressão sobre os povos que ali viviam. Em 1837 corre a notícia sobre Bonis (Bonis, era um grupo chefiado por um negro denominado de Boni) que estavam maltratando indígenas que viviam nessa localidade, causando medo aos moradores que ali residiam, houve pressão dos moradores que estavam desprotegidos desse grupo.



Por isso foi enviado o tenente Faivre, para que acabasse com a desorganização. Prendendo e executando alguns Bonis sem ter nenhum julgamento causando indignação ao procurador geral Vidal Lingendes, dessa forma o tenente Faivre foi designado a voltar para França para dar explicações sobre seus atos brutais. (BENDOCCHI, 2015).

Segundo Magda Ricci, a cabanagem não foi um conflito de contornos regionais, mas, internacional, no entanto, sua grandeza chegou a pontos de ter influência além das fronteiras do Grão-Pará..

A cabanagem tem em sua cronologia o período de 1835 a 1840, sendo um marco na história da Amazônia brasileira, por conta de ser um conflito sangrento e parte da população fugiram desses confrontos, abandonando seu território e buscando lugares onde esse massacre não os atingisse. (RICCI, 2006).

Naquela região, no primeiro quartel do século XIX, fugitivos e mocambos acabaram também se envolvendo com movimentos sociais em torno da cabanagem. Em agosto de 1837, ordenou-se arrasar um mocambo de rebeldes não muito distantes da vila de Macapá, (...) o capitão comandante do forte da fronteira de tabatinga, Raimundo Verissimo informou ao presidente da província do Pará sobre o nome dos escravos que se têm passado para Republica Peruana, (...) em poucos anos ficará a Província do Pará sem grande parte da escravatura que tem. (QUEIROZ; GOMES, 2002. pp. 37-38).

### **3.2 Cabanagem e a historiografia *Karipuna***

Segundo Antonella (2003) o deslocamento dos povos Karipunas pelo rio Curupi, até a sua chegada à fronteira franco-brasileira passou por um processo de alteridade que ocorreu em certo momento na região.

A história da população Karipuna do rio Curupi é inteiramente desconhecida. Há citações sobre os Karipuna (caripounes, garipons, cachipoux, calipourns) na região do Oiapoque desde o século XVII. Alguns autores consideram que a população Curupi formou-se por refugiados da cabanagem, deslocando a história do grupo, da região do Oiapoque para a costa paraense. Ao contrario desta postura, a parti da intepretação dos dados dos XIX e XX, associados às genealogias obtidas pela história oral, assumo a hipótese de uma origem heterogêneas das atuais famílias caripunas, com alguns dos antepassados autóctones. (ANTONELLA, 2003, pp.111112).

As informações que tratam da história do povo Karipuna, consistem em alguns relatos contados (memórias) pelo seu próprio povo, que repassam sua história através de suas origens,

de uma forma de manter as tradições e culturas de uma etnia. Seu tronco linguístico é denominado de língua geral da Amazônia derivado do Tupi. Essas famílias que fugiram da revolução cabana, que se deram entre 1835 a 1836.

Vieram em embarcação a vela pelo Baixo Amazonas, chegando até o rio Oiapoque, e depois explorando o rio Curupi, ficaram em uma região que era denominada de cemitério, que ocasionou várias mortes em decorrência das epidemias.

Os Karipuna vieram do baixo Amazonas de embarcação a vela, eram civilizados, não vieram pelas matas. Vieram uns 200, entre crianças e adultos, fugidos dos cabanos. Vieram para cá porque aqui era território contestado, não era propriamente Brasil. Entraram no rio Oiapoque até que vieram explorar o rio Curupi acima e ficaram lá no lugar chamado cemitério, chamado assim porque morreram muitos índios Karipuna. (POVOS INDÍGENAS DO BRASIL. p. 69).

A formação do povo Karipuna, indica que são índios misturados ou civilizados. Segundo Antonella (2003), essas miscigenações em um padrão e organização social, com a chegada dos Karipuna na região do Oiapoque, tiveram contatos com outras etnias que viviam no afluente do rio Uaçá.

Constituindo uma aculturação desses relacionamentos que englobam tanto etnias indígenas como famílias não indígenas, e cidades vizinhas da Guiana francesa. Esse povo veio pelo rio Curupi, que desagua no rio Uaçá, em uma localidade conhecida como encruzo. Nesta região muitas vezes guerreavam, faziam alianças, no qual eram negros e indígenas que fugiam de perseguições.

(...) estabeleceram alianças, trocas ou fizeram guerras. Nesse processo, ao qual, nos séculos subsequentes, uniram-se populações negras refugiadas ou alforriadas, bem como grupos indígenas foragidos de perseguições, algumas etnias indígenas desapareceram, outras se fundiram ou foram incorporadas em grupos maiores, (...) processo que geraram os atuais povos indígenas do Uaçá. A atual população Karipuna do rio Curupir resulta dessa história de alianças e fusões de diversas etnias. (VIDAL; LEVINHO; GRUPIONI, 2016, p. 68).

Segundo Coudreau aquela região havia indígenas civilizados e diferentes das etnias que ali habitavam, eram brasileiros refugiados e também denominados de índios mestiços, com a qual identificamos relatos em nossa pesquisa.

Ocorreu no baixo Oiapoque, no século XIX e tem como referência o nome Karipuna que aparece novamente em pequeno grupo de pessoas dessa região. São distintas de outras

etnias em que habitavam e também se diferenciando da população de índios civilizados, essas informações contribuem para complementar dados de nossa pesquisa sobre a etnia Karipuna na região do baixo Rio Oiapoque, verificamos que essa etnia era refugiada, não pertencente originalmente daquele território.

A ação colonial portuguesa ou francesa diminuiu radicalmente a população indígena no Amapá, e os povos que não chegaram a desaparecer foram dizimados e tiveram sua distribuição modificada. Mesmo após a fixação definitiva da fronteira entre Brasil e Guiana Francesa no rio Oiapoque, em 1900, ainda perduraram os deslocamentos. Os caripunas povoavam gradativamente as margens do rio Curipi; os palicures, preocupados com a fixação da fronteira internacional, passaram todos para a Guiana Francesa, mas depois retornaram para o Urucaú; e os galibis-maruornos viviam dispersos por diversas ilhas no alto Uaçá. (MELATTI, 2016, p. 4).

Nimuendaju em sua pesquisa sobre a bacia do Uaçá, traz informações sobre aqueles povos que habitavam a região. Ele relata que não são negros como Coudreau dizia, mas, mestiços, que se diferenciavam da maioria das etnias, destacamos que são descendentes dos cabanos que migraram para aquela localidade a partir de 1836.

Os revoltosos fugidos daquele levante que ocorria no Grão-Pará, por ter perdido o contato com outros brasileiros, tiveram uma aculturação das etnias indígenas, além da influência do *creolo* francês; esses relatos reforçam que a cabanagem teve impactos sobre a dinâmica étnica da fronteira (NIMUENDAJU, 1926).

Os Karipuna, conforme eles próprios relatam, foram originados por elementos que falavam a língua geral da Amazônia (Tupi), imigrados do estreito de Breves (Pará) em consequência da revolução da cabanagem ocorrida na década de 1830 (...). De igual modo como ocorreram na formação do grupo do Uaçá, os Karipunas vieram se introduzir entre eles indivíduos de várias origens, como sejam, Palikur, Galibí, crioulos, árabes, chineses europeus e brasileiros. (ARNAUD, 1989, pp. 88-89).

Segundo Antonella (2003) a palavra Karipuna é utilizada como autodenominação, indicando índios misturados ou civilizados, ressaltamos a formação Karipuna em sua heterogeneidade e sua criação cultural.

Na época em que começamos a pesquisar entre os Karipuna, na verdade ainda à procura de um mito de origem, estávamos longe de imaginar que quando estes se autodenominavam ou se identificavam como "Misturados", e ao mesmo tempo falavam de "Nosso sistema", o que nos era transmitido seriam as duas faces de uma metáfora-raiz daquele povo. Fechar e ficar entre si, de um lado, e se abrir para o

exterior, de outro, é uma marca, um ethos das sociedades daquela área. E a história, desses povos ao longo dos séculos, não diz outra coisa (TASSINARI, 1998).

É de grande relevância os Karipuna na formação e organização social na fronteira franco-brasileira, verificamos que eles tiveram uma elaboração social de padrões distintos de outras populações indígenas que ali viviam; por serem índios miscigenados, e criaram características próprias, valores que ajudaram na formação social da fronteira e por serem famílias heterogêneas, que fugiram do conflito da cabanagem.

Eram indígenas e não indígenas, criaram particularidades, diferente da população que se estabelecia naquela região, uma formação de valores que durou por longo período para que ocorresse essa organização cultural (ANTONELLA, 2003).

(...) Estas famílias remanescentes de povos indígenas da região, e outros migrantes da região do salgado paraense, contribuíram para formação deste povo. No Rio Curupi, reconstruíram seu próprio modo de vida, bem como uma organização social entre as famílias baseadas em laços de troca (...). (CURRÍCULO DE ENSINO FUNDAMENTAL NAS ESCOLAS INDÍGENAS, 2004, p. 14).

Magda Ricci relata que a bandeira de luta desse movimento cabano era a morte aos portugueses, esse ódio crescente contra o branco, vinha há muito tempo ocasionando intensa exploração dessa população que recebia toda sorte de hostilidades, (descaso), portanto, esse ressentimento chegou até a fronteira franco-brasileira (RICCI, 2008).

Sobre a constituição histórica dos Karipuna do Amapá, é importante refazer brevemente o percurso histórico de sua formação. Desde o século XVII em diante há relatos de pesquisadores e viajantes que fazem referências a termos semelhantes a “Karipuna”, na região do Oiapoque, como demonstram os estudos de Arnaud (1984;1989) e Tassinari (2003). No entanto, os autores sugerem que esses termos não estão associados aos atuais Karipuna, uma vez que eles teriam se instalado na região do Curipi somente a partir da década de 1830. (BRITO, 2013, p. 2).

Algumas etnias povoavam a região do Oiapoque, e observamos que havia outros povos egressos de outras regiões do Grão-Pará, fugindo das perseguições dos portugueses. A etnia Itoutanes, Galibis e outros que viviam na região do Marajó.

Passaram principalmente pelas missões jesuítas no século XVIII, as explorações dos comerciantes no século XIX, que se estabeleceu no Uaçá.

(...) no palco comum do baixo Oiapoque, diversas etnias indígenas, pertencentes aos troncos linguísticos Aruák Karib e Tupi, desde o século XVI conheceram o contato com os europeus (...). Nesse processo, ao qual nos séculos subsequentes, uniram-se populações negras refugiadas ou alforriadas, bem como grupos indígenas foragidos de perseguições, algumas etnias desapareceram, outras fundiram-se ou forma incorporada em grupos maiores, outras ainda se formam se formam, processos geraram os atuais povos indígenas do Uaçá. (TASSINARI, 2003, p. 82).

É importante considerar as características da cronologia do nome Karipuna.

Como podemos analisar nos relatos de viagem do século XVII, havia um povo denominado de Karipuna que habitava a região do Oiapoque (MOCQUET, 1617). Arnaud em sua pesquisa relata termos semelhantes aos Karipuna no século XVII; segundo alguns autores não há associação entre os Karipuna atuais e nem os do século XVII, por ocuparem aquela região do Curupi a partir de 1830.

Os atuais Karipuna são remanescentes do confronto da cabanagem (TASSIANARI, 2003). Esses povos não tinham associação histórica alguma, apenas a característica do nome e a ocupação da mesma região em períodos históricos diferentes.

O povo Karipuna também se formou a partir de remanescente de várias populações. O nome Karipuna é citado em relatos de viajantes já no século XVII, como moradores do Oiapoque (Mocquet, 1617). Não é mencionado no século XVIII, mas volta aparecer em documentos do século XIX, como um grupo reduzido de famílias habitantes do Baixo Oiapoque falantes de um idioma do tronco tupi. (CURRÍCULO DE ENSINO FUNDAMENTAL NAS ESCOLAS INDÍGENAS, 2004, p. 14).

Segundo Tassinari, o termo Karipuna nem sempre esteve associado a população do Curupi, dessa forma podemos fazer uma distinção diferenciada da população atual dos Karipuna na formação de sua identidade como etnia.

Para uma compreensão distinta de outros povos que antecederam a atual população do rio Curupi, essa separação cronológica para compreendermos a diferença desses povos nos seus períodos históricos. (TASSINARI, 1998).

A história dessa população é quase inteiramente desconhecida, embora haja vasta documentação histórica sobre a região em que habita (Caetano da Silva 1861, Paranhos 1898, 1945). Há citações sobre os *Caripous* na região do Oiapoque no século XVII, mas este etnônimo deixa de aparecer nas fontes do século seguinte (embora seja citado em diversas regiões da Amazônia), para ressurgir no século XIX. Alguns autores consideram que a população do Curupi se formou por refugiados da Cabanagem (Coudreau 1893, Arnaud 1989a, 1996), deslocando a história do grupo, da região do Oiapoque, para a costa paraense. (TASSINARI, 1998).

Segundo Antonella, Tassinari (2003), o nome Karipuna vem desde do século XVII, através das denominações, *Caripous*, *Garipons*, *Cachipoux*, *Caripounes* e *Calipourns*, discordando parcialmente de Arnaud sobre a origem desse povo, e assim foi feita a análise da trajetória do povo Karipuna, e sua diversidade culturais e heterogênea.

Identificamos que a formação dessa etnia não foi de forma linear, devido ao processo migratório, há relatos históricos que algumas etnias se refugiavam na região de Oiapoque; observou-se os Yao, que fugiram do avanço dos militares espanhóis, caracterizando peculiaridades com o povo Karipuna que migrou devido a cabanagem.

Esse intenso contato com vários grupos indígenas e não indígenas, nos levam a uma questão sobre o processo de formação dessa etnia, conforme avançamos em nossa pesquisa criou-se a ideia, de que os Karipuna ainda estão em seu processo de formação social e cultural, devido a diversidade de seu povo ao longo da história.

A historiografia dos povos indígenas do Oiapoque é contextualizada há muitos séculos, onde se identifica características peculiares de cada etnia que habitavam essa região, ocorreram vários contatos de povos indígenas e não indígenas.

Criaram uma miscigenação entre esses povos e aculturação, influenciando a sociedade da fronteira franco-brasileira, características que influenciaram seu modo de vida. Percebeu-se a importância desses povos na região, que ao longo dos séculos esses povos ajudaram e transformaram a vida social da fronteira franco-brasileira.

Essas várias contribuições que trouxeram em sua cultura e a adaptação que tiveram com a região do Oiapoque.

A resistência desses povos ao longo dos séculos, aos espanhóis, franceses, holandeses e portugueses; a capacidade de reorganizar e conserva sua identidade indígena até a hoje é algo que tem que ser recuperado e valorizado. 'A formação de cada etnia, as mudanças enfrentadas, as novas identidades reconstruídas são algo que devem ser reconhecidos pelas novas gerações em vista da construção do projeto histórico atual'. (CURRÍCULO DE ENSINO FUNDAMENTAL NAS ESCOLAS INDÍGENAS, 2004, p.18).

Tomando o currículo do ensino fundamental nas escolas indígenas, há uma questão a ser debatida sobre a resistência ao europeu, mas, analisando historicamente as etnias indígenas da região, ocorreu um grande intercambio entre indígena e não indígenas, que por muitas vezes essas misturas heterogêneas, formavam-se novos grupos populacionais, como vemos os Karipuna.

Demonstram esse intercâmbio cultural, a prática do xamanismo e cultos cristãos (Católicos e protestantes), essa nova identidade criada por essas etnias decorreu ao longo do processo histórico do relacionamento que esses povos tiveram, ajudando na composição mútua e criação das aldeias.

Ressalta-se que a comparação de algumas famílias da etnia Karipuna, Santos e Fortes, são famílias numerosas e antiga na região do Curupi, identificamos uma ligação com outras da região de Vigia, no salgado paraense e outras nas proximidades de São Caetano de Odivelas, e no rio Mujuim.

Apesar do período de grande miscigenação ao longo da história dessas famílias, criaram características diferentes em sua migração (TASSINARI, 1998).

O motivo da migração dos antepassados da família Fortes é mais incerto. (...), mas com uma experiência de opressão, maus tratos e trabalhos forçados nas lavouras do Mujuim. Fugiram para a região do Baixo Oiapoque “corridos”, (...) “pega-pega”, nome dado regionalmente às expedições de aprisionamento ou recrutamento forçado. Do Salgado Paraense rumaram em barcos para a bacia do Rio Uaçá onde sabiam que alguns parentes haviam se instalado anteriormente. (...) Dentre os antepassados da família Fortes que fizeram esta travessia, destaca-se a figura do Capitão Teodoro, que se tornou o mais importante líder Karipuna, (...). Outras versões não mencionam o “pega-pega” nem a situação de trabalhos forçados, mas remetem à Cabanagem ou apenas a uma migração do Estado do Pará. (TASSINARI, 1998, pp. 5-6).

É importante enfatizar que diversos grupos indígenas viveram na região de Oiapoque, pertenciam ao tronco linguístico Aruak, Tupi e Karib. A partir do século XVI começam a ter contato com os europeus; principalmente com os portugueses, holandeses, ingleses e franceses. Esses povos estrangeiros vinham com seus próprios interesses, as missões religiosas, científicos, comerciais e outros.

Há relatos que algumas etnias desapareceram, e outras foram criadas, observa-se que geralmente essas etnias que desapareceram se uniam a outras de maior proporção. Entende-se que na fronteira franco-brasileira os grupos indígenas e não indígenas se uniram dependendo dos seus interesses, muitas por guerras, alianças ou trocas. Este processo que resultou na atual população indígena da região do Uaçá.

### **3.3 Migração, formação de uma nova sociedade**

Segundo Lux Vidal, há várias características que levam a migração, por religião, muitas vezes por fome e outras por guerra (VIDAL, 2000). Analisou-se vários fatores que levaram ao

nosso contexto de pesquisa, demonstrando a importância que à cabanagem teve para a formação da sociedade da fronteira franco-brasileira, sobretudo da etnia Karipuna.

Que se entendeu-se por povos foragidos da opressão em que o movimento cabano estava sofrendo sob a política do governo imperial, portanto, estabeleceu-se elementos que estavam ocultos na historiografia da cabanagem e suas características e suas influências ideológicas que levaram a formação da sociedade amazônica, descobrindo assim, a sua importância em um contexto social de um povo.

A memória das perseguições de caça de escravo a escravo ficou na memória do grupo, e é hoje contada em termos místicos. Das várias línguas faladas pelas etnias que originaram este povo, há atualmente a memória de algumas palavras.

(CURRÍCULO DE ENSINO FUNDAMENTAL NAS ESCOLAS INDÍGENAS, 2004, p. 13).

Ressaltamos que vários povos fugiram para aquela região, compartilhando tradições culturais e formando grupos que vivem na área do Uaçá, cada etnia tinha suas peculiaridades diferenciando sua história, o contato desses povos com o tempo criaram tradições, fusões e alguns conflitos.

Outros povos migraram do Pará após a cabanagem e se juntaram aos Karipuna, como por exemplo a etnia Aruã, que se estabeleceram por um tempo em Ouanari, na Guiana Francesa e depois migraram para o alto do Curupi; e sofreram muitas perdas por conta de uma epidemia de sarampo, com isso se mudam para médio Curupi, onde permanecem.

A região do Uaçá era propícia para a ocupação humana, os rios eram ricos em peixes, em uma área de mata com muitos animais, em que facilitou a ocupação desse território. Porém, observamos que a ocupação dessa região foi gradual, devido a fatores como epidemias, que levaram a grande mortandade e por ser um povo heterogêneo.

Essa adaptação e organização social foram de forma linear, certificamos que a cabanagem teve influência na historiografia do homem do norte, de tal maneira, que causou impactos na costa setentrional do Grão-Pará, tanto com a diminuição de sua população e dos confrontos sangrentos que ocorreram, essas epidemias que se alastravam naquela região, houve um impacto importante no norte do Amapá, devido a fuga de algumas famílias indígenas e não indígenas, escravos, soldados desertores e criando uma nova etnia que destacou-se no desenvolvimento desse capítulo.



### 3.4 A força do nortista, influência nos ideais revolucionários cabanos na história da Amazônia

Depois de 5 anos de luta, os cabanos criaram ódio aos brancos e às autoridades impostas, aprendendo a amar a aclamação popular e a revolução infinita. Cultuavam a beleza revolucionária, mas viveram outras mazelas: a fome, as doenças, as mortes e a instabilidade da guerra. Em um processo de fuga da escravidão, tal qual Moisés no Egito bíblico, os cabanos foram perseguidos e mortos, mas seus ideais não desapareceram completamente. Em busca de sua 'terra prometida', muitos revolucionários se embrenharam nos rios e nas matas da Amazônia, ampliando quilombos ou criando comunidades mistas de negros, índios e mestiços, exemplos ímpares no Brasil. (RICCI, 2006, p. 28).

Essa luta foi um marco na história do povo nortista, um símbolo de luta do povo da Amazônia. Esses movimentos tiveram influência na história do Pará, podemos verificar em vários governos que tinham o interesse na formação de uma cultura cabana, como no governo de Magalhães Barata, que financiava estudos, para fazer uma espécie de ligação com a revolução de 1930, e outros governos também utilizavam o movimento cabano como plataforma política, como nos anos de 1980.

Praticamente com o fim da ditadura militar no governo de Jader Barbalho, criou-se o memorial da cabanagem nos anos de 1990; com a eleição de Edmilson Rodrigues, que era do partido dos trabalhadores, falavam em um novo governo popular, voltando assim o saudosismo do grande símbolo que representou a cabanagem para região norte e para todo Brasil. (RICCI, 2006).

É o único em que ela (a sublevação dos cabanos) num dos mais, senão o mais notável movimento popular do Brasil. As camadas mais inferiores da população conseguem ocupar o poder de toda uma província com estabilidade. Apesar de sua desorientação, apesar da falta de continuidade que o caracteriza, fica-lhe, contudo, a glória de ter sido a primeira insurreição popular que passou da simples agitação para uma tomada efetiva de poder. (PRADO, 1967, p. 69).

Segundo Caio Prado (1967), a cabanagem foi um movimento notável e de grande participação popular, onde as camadas inferiores conseguem tomar o poder por um breve período, apesar de não ter tido continuidade, se caracterizava com o apoio da população paraense

Magda Ricci, em sua pesquisa colocava a problemática na formação do patriotismo na Amazônia, ressaltando a formação de uma identidade, em seu contexto falando da importância do que foi a cabanagem para a população da região amazônica. Aborda-se várias características importantes que levou ao ideal cabano, e suas lutas, a participação popular e também as repressões que ocorrem para conter esse movimento.

Portanto essa grande ideologia que chegou a influenciar não só a região, como também parte do território nacional como algumas fronteiras caribenhas. (RICCI, 2006).

### Considerações finais

“Revolta”, “desordem”, “agitação”, “movimento”, “motim”, “revolução”, “insurreição” ou mesmo “guerra civil”, são termos que, de acordo com perspectiva hermenêutica do “artesão do conhecimento histórico”, indicam ou denunciam aquilo que viria a ser os acontecimentos emergidos na cidade Belém no dia 07 de janeiro de 1835, defronte da igreja das Mercês: a Cabanagem.

Domingos Raiol, esse jurista, político, historiador e intelectual (que na juventude foi contemporâneo da Cabanagem paraense em 1835 e, cujo pai, Pedro Raiol, foi morto pelos cabanos insurretos), se lançou como intérprete daqueles acontecimentos na célebre obra: "Motins Políticos - ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Grão Pará desde o ano de 1821 até 1835".

Raiol parte de sua posição legalista ainda no contexto de rescaldo da derrocada cabana e compreende aquele momento de “radical sedição social e ruptura da ordem legal”, como “desordem”; ou “motim político” de dimensão local/regional (sem que isso pudesse representar risco a unidade geopolítica do império). Daí surge a “pecha” contra os líderes cabanos: são sujeitos “celerados”, sem cérebros, isto é, irracionais, portanto, ignóbeis e incapazes de lidar com o poder e controle do próprio bando insurgido.

O contexto dos anos de 1835 foi particularmente hostil e marcado pelo profundo abandono social de parte do governo provincial para com os estratos sociais mais excluídos da sociedade paraense (a miséria e a pobreza sufocaram e desalentaram índios, caboclos, mestiços, negros, escravos, etc.) bem como pelos intensos conflitos (e interesses políticos) entre as elites locais e nacionais: o governo da província era nomeado pelo poder central, ou seja, pelos regentes, como apontamos no início deste trabalho.

As contendas políticas se acirram ainda mais na região do Grão-Pará no período imediatamente anterior a cabanagem à medida que a resistência das elites dirigentes locais em assimilarem à independência do Brasil se avoluma. Assim, fica de tal modo claro, que, a ausência de uma figura central e conciliadora dos interesses políticos nacionais insuflaria ainda mais os ânimos da causa separatista país adentro.

É, sobretudo dessa forma que o período regencial (1831-1840) ficaria caracterizado: pela emergência de várias revoltas regionais cuja convergência entre elas era a sintomática ausência de autonomia política de suas elites locais.

A leitura da historiografia atinente a cabanagem paraense nos aproximou de diferentes matizes interpretativas a que está, ainda hoje, envolto o tema.

Para Raiol, ou o Barão Guajará, como dito acima, a cabanagem é considerada como um mero “motim político” espacialmente situado ou circunscrito à região do Grão-Pará. Por outro lado, e contrapelo dessa ideia, para autores como Luís Balkar e Magda Ricci, o entendimento é de que o movimento cabano paraense se constituiu como uma revolução (posto que inverte as estruturas políticas e sociais estabelecidas) e cujo alcance extrapolou as fronteiras amazônicas.

Para aquela autora, “a revolução cabana avançou pelos rios amazônicos e pelo mar Atlântico, atingindo os quatro cantos de uma ampla região. Chegou até as fronteiras do Brasil central [...] e gerou distúrbios internacionais na América caribenha, intensificando um importante tráfico de ideias e de pessoas”. Nesse atinente, a concepção *regionalista* da cabanagem foi aqui problematizada a partir de uma posição crítica em relação as fontes (e de confronto com a historiografia “tradicional”) mas também, a partir de uma releitura das representações históricas e políticas daquela impactante revolta popular. Foi o que tentamos deixar entrever na abertura do parágrafo inicial desta seção.

Como vimos ao longo deste trabalho, em 1835 se inicia o movimento da cabanagem, se estendendo até os anos 1840. Nesse sentido, a proposta de nossa investigação era buscar compreender, de um lado, a importância e o significado da história do homem pobre (cabano) amazônico a partir desse histórico acontecimento, e de outro mensurar os impactos que o dito movimento causou na costa setentrional do Grão-Pará, que agitou inclusive a porosa e complexa situação política da fronteira franco-brasileira.

Vimos ainda que vários aspectos precederam a revolução cabana. Tentamos, portanto, uma aproximação “das historicidades” daquele tempo: grande número de mortos (significativa baixa demográfica na região); a fuga de algumas famílias para lugares distantes do núcleo da revolta; a resistência de Cameté.

Por conta da repressão que o Império submeteu os cabanos e o enfraquecimento da defesa da fronteira franco-brasileira, de tal maneira que identificou-se militares franceses em território nacional, algumas famílias que migraram por conta da cabanagem, se deslocaram pelo rio Curupí, e com o tempo se estabeleceram na região do Uaçá, dando origem a etnia Karipuna. Segundo Lux Vidal (2000) as migrações são decorrentes da guerra, fome e religião, assim. Fica evidenciado que os impactos da cabanagem influenciaram diretamente a conformação de um grupo étnico: os Karipuna.

Por fim, a presente pesquisa amplia relativamente o conhecimento sobre o movimento cabano, permitindo adentrar e colocar em xeque as especificidades regionais e fronteiriças que os desdobramentos do movimento provocaram.

É fato que é necessário um aprofundamento no que toca aos meandros da influência cabana na região da fronteira franco-brasileira.

Uma investigação sobre a recepção da cabanagem nessa região em particular pode trazer a lume, talvez, as atitudes deflagradas por parte das autoridades francesas em relação a legitimidade e integridade do território. Do mesmo modo como pensaram na ampliação do mesmo em face do ambiente de colapso político e militar a que se via a costa setentrional da Amazônia.

### Fontes

RAIOL, Domingos Antonio. *Motins Políticos ou história dos principais acontecimentos políticos da província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. V 1°. Gráfica Lux, Jacarepaguá RJ, UFPA, 1970.

## Referências

- ALVES, D. Bendocchi. *Releitura dos acontecimentos na fronteira Grão-Pará-Guiana Francesa entre 1835 e 1841*. In: XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015, Florianópolis. Lugares dos Historiadores: velhos e novos desafios, 2015. v. XXVIII. pp. 1-15.
- ARNAUD, Expedito. *Os Índios da região do Uaçá e a proteção oficial brasileira*. In: O índio e a Expansão Nacional, Belém: CEJUP. pp, 88-89.
- BASTOS, Carlos Augusto; LOPES, Siméia de Nazaré. Nas Rotas do Xingu e do Tapajós: Desertores, Remeiros e Regatões no Grão-Pará do Pós-Cabanagem. In: SOUZA, César Martins de; CARDOZO, Alírio. *Histórias do Xingu: Fronteiras Espaços e Territorialidades (Séc. XVII - XXI)*. Belém: Ed. Universitária UFPA, 2008.
- BERNARDES, Denis. *Um império entre repúblicas*. São Paulo: Global, 1983.
- BRASIL. Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas/Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. - Brasília: MEC/SEF, 1998). (Disponível em: [http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me00\\_2078.pdf](http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me00_2078.pdf))
- BRITO, Edson. “Os Karipuna do Amapá e a educação: tensões sociais resistência na fronteira com a Guiana francesa”. In: XXVII Simpósio Nacional de História. ANPUH, 2013, Natal, RN. *Conhecimento Histórico e diálogo social*, 2013. (Disponível em: [http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1374090432\\_ARQUIVO\\_OsKaripunadoAmapaeeducacao.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1374090432_ARQUIVO_OsKaripunadoAmapaeeducacao.pdf))
- BRITO. Adilson. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. FNDE. 106º edição. Rio de Janeiro, 2014. pp. 74-77.
- CRUZ, Ernesto. *História do Pará*. Belém: UFPA, 1963. v. 2. (Coleção Amazônica. José Veríssimo). (Disponível em: <http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/99>)
- CURRICULO DE ENSINO FUNDAMENTAL NAS ESCOLAS INDÍGENAS. Conselho Indígena Missionário (CIMI). Belém, PA: Editora Mensageiro, 2004.
- FERREIRA, Eliana Ramos. Forão Sítios dos Criminosos?: Expropriação na Província do Pará ? Meados do Século XIX. In: Anais do XXVII Simpósio Nacional de História, 2013, Natal. *Conhecimento Histórico e Diálogo Social*. São Paulo: Associação nacional de História, 2013. v. 1. p. 1-11.
- (Disponível em: [http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364703149\\_ARQUIVO\\_1textoANPUH2013-FORAOSITIOSDOSCRIMINOSOS.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364703149_ARQUIVO_1textoANPUH2013-FORAOSITIOSDOSCRIMINOSOS.pdf)).

FILHO, Armando. O Massacre do Brigue Palhaço. In: SOUZA, César Martins de; CARDOZO, Alírio. *Histórias do Xingu: Fronteiras Espaços e Territorialidades* (Séc. XVII - XXI). Belém: Ed. Universitária UFPA, 2008. pp. 105-106.

FULLER, Claudia. Os corpos de trabalhadores: política de controle social no Grão-Pará: In: Revista de estudos Amazônicos, *Revista Estudos Amazônicos*, Vol. III, nº 1, 2008.

LINHARES, Maria Yeda et al. *História geral do Brasil*. Petrópolis, RJ: Elsevier, 2000.

MACHADO, André Roberto. Para além das fronteiras do Grão-Pará: o peso das relações entre as províncias no xadrez da independência (1822-25). *Outros Tempos*, v. 12, p. 1-28, 2015.

MELATTI, Júlio, 2016. p.4 <http://www.juliomelatti.pro.br/areas/e4gulito.pdf>

MESQUITA, Thiago Broni; FURTADO, João Victor Silva. Emergência prisional no GrãoPará: discussões sobre as cadeias em tempos de Cabanagem (1830-1845). *CLIO (RECIFE)*, v. 34, p. 247-269, 2016. (Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/311752255\\_EMERGENCIA\\_PRISIONAL\\_NO\\_G\\_RAO-PARA\\_discussoes\\_sobre\\_as\\_cadeias\\_em\\_tempos\\_de\\_Cabanagem\\_1830-1845](https://www.researchgate.net/publication/311752255_EMERGENCIA_PRISIONAL_NO_G_RAO-PARA_discussoes_sobre_as_cadeias_em_tempos_de_Cabanagem_1830-1845))

NEVES, Lucia Maria; MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

NEVES, Lucia; NEVES, Guilherme. *Nossa História*. Diadema SP: Biblioteca Nacional, v.1, 2003.

NIMUENDAJU, Curt. *Os índios Palikur e seus vizinhos*. São Paulo: (Tradução de texto 1926), NHII-USP, no prelo, 1926.

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL. *Amapá/ Norte do Pará*. São Paulo SP: CEDI: v. 3, 1983, pp. 66-69.

PRADO JUNIOR, Caio. *Evolução Política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Brasiliense, 10. ed. 1967.

QUEIROZ, Jonas Marçal; GOMES, Flavio. *Amazônia, Fronteira e Identidade: reconfigurações coloniais e pós-coloniais* (Guianas-séculos XVIII-XIX). São Paulo. Lusutopie nº 1, 2002, pp. 26-39.

REIS, Arthur. *Território do Amapá*. Perfil Histórico. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1949.

REZENDE, Antônio; DIDIER, Maria. *Rumo da história*. São Paulo: Editora Atual, 2. ed., 2005.



REIS, Arthur César Ferreira. "O Grão-Pará e o Maranhão". In: HOLANDA, Sérgio Buarque de, (org.). *História Geral da Civilização Brasileira* (tomo II – O Brasil Monárquico, vol. 2), São Paulo: Difel, 1972.

PINHEIRO, Luiz Balkar. Sá. Peixoto. "De Vice-Reino à Província": tensões regionalistas no Grão-Pará no contexto da emancipação política brasileira". In: XX Simpósio Nacional de História, 1999, Florianópolis. História: Fronteiras. Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 1999. v. 1. p. 637-638.

RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos, Barão do. *Questões de limites: Guiana Francesa*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008.

RIBEIRO, Duarte. *Exposição circunstanciada do estado das negociações entre o Brasil e a França sobre o terreno contestado pelo lado do rio Oyapock. Rio de Janeiro, 4 de março de 1842*. Manuscrito, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1942.

RICCI, Magda. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. *Tempo* [online]. 2007, vol.11, n.22, pp.5-30.

RICCI, Magda. "Fronteira da nação e da revolução: Identidade locais e a experiência de ser brasileiro na Amazônia (1820- 1840). Boletim Americanista (Universidade de Barcelona), 2008, pp. 77-95.

SAMPAIO, Patrícia. Ponencia: Africanos e índios na Amazônia: experiência de precarização da liberdade. Asociación Española de Americanistas - AEA. Simpósio Internacional America: poder, conflito y política, 2011, pp. 13-14.

TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz. *No bom da festa: o processo de construção cultural das famílias Karipuna do Amapá*. São Paulo: EDUSP, 2003.

TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz. *Contribuição à História e à Etnografia da Região do Baixo Oiapoque: a composição das famílias Karipuna e a estruturação das redes de troca*". Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Universidade de São Paulo, 1998.

VIDAL, Lux; LEVINHO, José; GRUPIONI, Luís. *A presença do invisível: vida cotidiana e ritual entre os povos indígenas do Oiapoque*. Rio de Janeiro: Iepé, 2016.

VIDAL, Lux. De Manhã ao Oiapoque, a trajetória de uma migração. São Paulo: *Revista USP*, 2000. pp. 42-51.